

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**A MULHER EM FOCO: REFLEXÕES SOBRE TRABALHO,  
SUBSISTÊNCIA E O ADOECIMENTO FEMININO NO BRASIL**

**YASMIM DA SILVA FRUCTUOSO**

**2024**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**A MULHER EM FOCO: REFLEXÕES SOBRE TRABALHO,  
SUBSISTÊNCIA E O ADOECIMENTO FEMININO NO BRASIL**

**YASMIM DA SILVA FRUCTUOSO**

*Sob a Orientação da Professora*  
**Marisol Valencia Orrego**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Seropédica, RJ  
Dezembro de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Fm Frutuoso, Yasmim da Silva, 25/05/1999-  
A mulher em foco: Reflexões sobre Trabalho,  
Subsistência e Adoecimento feminino no Brasil /  
Yasmim da Silva Frutuoso. - Rio de Janeiro, 2024.  
73 f.

Orientadora: Marisol Valencia Orrego. Trabalho  
de conclusão de curso(Graduação). -- Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro, Serviço Social, 2024.

1. Dupla jornada feminina. 2. Produção e Reprodução  
Social. 3. Saúde da mulher . I. Valencia Orrego,  
Marisol , 29/10/1977-, orient. II Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro. Serviço Social III.  
Título.

Yasmim da Silva Frutuoso

**A MULHER EM FOCO: REFLEXÕES SOBRE TRABALHO, SUBSISTÊNCIA  
E ADOECIMENTO FEMININO NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**, pelo Curso de Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

**Data de aprovação: 27 de novembro de 2024.**

---

Prof<sup>a</sup>. Doutora Marisol Valencia Orrego (Orientadora)  
DHSS/UFRRJ

---

Prof<sup>a</sup>. Doutora Carmen Oliveira Frade (Banca examinadora 1)  
DHSS/UFRRJ

---

Prof<sup>a</sup>. Doutora Fabiana Schmidt (Banca examinadora 2)  
DHSS/UFRRJ

Seropédica, RJ.  
2024

## DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à minha mãe, Marly Ferreira da Silva. Bendita seja a ancestralidade que abriu os caminhos.

## **AGRADECIMENTOS**

Um oi pra você que aqui se encontra lendo meu trabalho! Sou Yasmim, e fui aluna e uma parte desse lugar por 5 anos, anos únicos de Universidade Rural. Presenciei as belezas dela, me pertenci nos cantos verdes e abertos. E nesse período vivi coisas tão extraordinárias quanto particularmente difíceis. Mas, desse período, tiro apenas as coisas mais bonitas e marcantes, junto com as lições e memórias importantes para minha caminhada...e das partes difíceis, eu tiro o que aprendi...Aprecio a caminhada que acontece até aqui, e aguardo a que vem a seguir. E especialmente, tenho muito o que agradecer!

Quero agradecer a Deus pelas bênçãos, agradecer a proteção de quem me guiou todo esse tempo, mesmo quando eu não percebia ou demorei a sentir - eu estava sendo cuidada e desenvolvendo minha missão no mundo. Bendita seja a espiritualidade que me guia dia e noite.

Agradecer aos meus pais, Marly e Washington, que deram seu amor, corações, vidas, sangue e suor, me levantaram e me incentivaram com seu infinito cuidado sobre mim, em prol da minha educação e de me tornar uma pessoa melhor, ano após ano. Tudo isso para que eu pudesse dar cada passo adiante, encarando as dificuldades e a realidade que cada um carrega. Ver vocês vencendo o cotidiano, e estar vencendo por causa de vocês é a minha maior conquista.

Aos meus irmãos, Sarah, David, Helena e Victor, por tornarem a minha vida muito mais pura e alegre, e me encherem de força quando eu não tinha mais. Vocês são os frutos e a projeção esperançosa que eu tenho do futuro, me renovam com seus olhares lindos e toda sua infância.

Agradecer aos meus tios maternos Marcos e Miriam, que dividem a convivência comigo por anos, vocês foram como um segundo pai e segunda mãe e me contemplaram de momentos únicos, em que pude ouvir tantas coisas maravilhosas que nunca vou me esquecer.

Agradecer às minhas avós, Josefa e Fátima, por trazerem a ternura e serenidade junto com suas orações desejando o melhor pra mim, e também com a sabedoria e o afeto, quando eu precisava e também nos meus dias.

Agradeço de forma geral a todos os meus familiares Tia Flávia, Marco Aurelio, Vitória, Isac, Gabriel... (padrasto, primos, tios) e todos os parentes que de alguma forma compuseram meu processo de estar estudando, trabalhando e crescendo, de vários jeitos me desenvolvendo nesse mundo como um ser humano. Obrigada de coração por me ajudarem tanto afetivamente quanto estruturalmente sempre que possível.

Agradecer a minha orientadora e professora Marisol, que foi luz e paciente quando eu estava me sentindo sem saída, me sentindo pouca...obrigada por me incentivar a me apropriar deste trabalho e não soltar minha mão. O processo se tornou mais florido porque você fez parte dele. Poderia listar milhares de coisas que aprendi com você, uma delas é sabedoria, afeto, posicionamento, força...tudo isso você me transpassou!

Agradeço aos meus amigos da infância e adolescência, Carol, Ana, Beatrice, Amanda... amigos da universidade: Beatriz, Gabriel, Milena, Jéssica, Isabelle, Gabi e Brenda que fizeram parte desse processo e sempre estiveram ao meu lado...Valorizo muito a amizade de vocês, sou quem eu sou porque vocês est

Agradeço ao curso de Serviço Social que me trouxe uma nova perspectiva de vida a partir do momento que fui selecionada para realizar minha graduação nesse lugar. Gratidão aos meus supervisores de campo, professores da universidade. Agradecimento singelo e especial a todos os professores, funcionários, colegas de curso, cada um que diretamente e indiretamente compuseram minha vida acadêmica.

Agradeço à querida banca que aceitou avaliar o meu trabalho e somar com suas importantes contribuições. Vocês foram escolhidas do fundo do coração por terem me dado lembranças acadêmicas de realidade, voz e resiliência.

Agradeço também às pessoas que conheci ao longo desses anos, que somaram na minha história nos últimos tempos. Os amores que vivi e tive o privilégio de compartilhar um pedaço de existência. Passaram pela minha vida, somaram na minha jornada deixando sua contribuição, e dividiram comigo uma história impossível de apagar, independente do início, meio e final.

Todos vocês foram minha rede quando eu precisei, os risos mais vívidos e momentos inesquecíveis.

Agradeço à vida por fim...porque com vocês, não me senti sozinha nos momentos mais solitários...e agradeço principalmente por perceber o quanto é precioso sentir essa gratidão e imensidão, por existir e vibrar junto a todos que me fizeram bem e me querem bem na minha existência. Todos vocês são o motivo e a humanização do amor verdadeiro. E que esse trabalho continue sempre rendendo frutos e debates em prol de uma sociedade melhor, como sonho para mim e para as próximas gerações.

“Porque toda humanidade nasceu de uma mulher.”

- Vanessa da Mata.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**RESUMO:** O presente trabalho analisa as condições sociais, históricas e culturais na vivência das mulheres e em sua dupla jornada, condições essas que as levam ao adoecimento e fadiga. Investigando o papel do patriarcado e das jornadas produtivas e reprodutivas na vida das mulheres brasileira, visamos debater e compreender o reconhecimento feminino, tanto em sua ocupação no mercado de trabalho, quanto o seu papel na vida doméstica, separadamente e simultaneamente. A partir de uma análise histórica e social, o estudo busca debater os efeitos da sobrecarga e os desafios enfrentados pelas mulheres na sociedade de classes, explorando qual é o impacto real do sistema de trabalho público e privado, e das desigualdades de gênero em sua saúde e subsistência ao longo da história e no contexto atual.

**Palavras chave:** Saúde das mulheres, divisão sexual do trabalho, produção social, reprodução social, dupla jornada. saúde das mulheres, divisão sexual do trabalho, produção social, reprodução social, dupla jornada.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ABSTRACT:** This work analyzes the social, historical and cultural conditions in women's experiences and their double shift, conditions that lead them to illness and fatigue. Investigating the role of patriarchy and productive and reproductive journeys in the lives of Brazilian women, we aim to debate and understand female recognition, both in their occupation in the labor market and their role in domestic life, separately and simultaneously. Based on a historical and social analysis, the study seeks to debate the effects of overload and the challenges faced by women in class society, exploring the real impact of the public and private work system, and gender inequalities on their health. and subsistence throughout history and in the current context.

**Keywords:** Women's health, sexual division, social production, social reproduction, double shift.

## LISTA DE SIGLAS

**FGV** - Fundação Getúlio Vargas

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IPEA** - Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada

**MRSB** - Movimento da Reforma Sanitária Brasileira

**OIT** - Organização Internacional do Trabalho

**PAISM** - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher

**PEA** - População Economicamente Ativa

**PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

**PNAISM** - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I - A MULHER NA SOCIEDADE DE CLASSES E AS FORMAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL.....</b>	<b>18</b>
1.1 'Ser mulher em sociedade' - As denominações coletivas sobre o gênero feminino.....	18
1.2 A família e o patriarcado como influência moral para a mulher.....	24
1.3 Conceituando produção e reprodução social e seu reflexo na vida das mulheres.....	29
1.4. Divisão sexual do trabalho no Brasil e suas implicações.....	36
1.4.1 Divisão racial do trabalho - Precarização e Sofrimento das mulheres brasileiras no Contexto do racismo estrutural .....	41
<b>CAPÍTULO II - A MULHER NO TRABALHO E NA SOCIEDADE BRASILEIRA: TRAJETÓRIA, SAÚDE E POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>46</b>
2.1 - A trajetória feminina no trabalho assalariado no Brasil: uma análise histórica do valor econômico e das transformações sociais.....	46
2.2- A dupla jornada da mulher no Brasil – Os dados do adoecimento visível e invisível.....	56
2.3 - Políticas públicas femininas e os desafios para o enfrentamento do adoecimento invisível.....	62
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>70</b>

## **INTRODUÇÃO:**

Para iniciar uma reflexão importante que embasa este trabalho, proponho um questionamento e uma provocação: como estão as mulheres que você conhece na sociedade contemporânea em termos físicos, identitários e emocionais atualmente?

Esta indagação inicial abre espaço para a presente análise, uma pesquisa bibliográfica qualitativa, baseada em obras e dados que abordam a mulher e o seu ser (corpo, saúde e identidade) diante das pressões sociais e culturais que moldam a percepção do corpo feminino no mundo – junto com suas atitudes - , mas em especial no nosso país, e as complexas dinâmicas de gênero e trabalho nas quais as mulheres compõem, inseridas no modo de produção capitalista e em uma vida caracterizada por corresponder a feminilidade e o sentido de responsabilidade com tarefas de servidão, com as respectivas funções que isto carrega, sempre acompanhada pela ótica de uma “dona de casa”, e como isso reverbera no seu modo de vida, no seu desenvolvimento salutar, entre outras expressões da vida.

Minha pesquisa nasceu a partir de um interesse particular de vivência sobre entender o assunto em destaque, e desenvolveu-se a partir de estudos recentes do IBGE, que evidenciam nos números um aumento da dupla jornada feminina e seu impacto sobre a saúde e a qualidade de vida das mulheres. O último estudo sobre o tema, realizado pelo IBGE no ano de 2022, revelou que no Brasil, 76% das mulheres eram, até então, responsáveis pelo cuidado doméstico e dedicavam cerca de até 21,3 horas semanais às tarefas do lar. O número em porcentagem já se mostrou alarmante pelo desequilíbrio em relação aos homens (11,7 horas) - enquanto algumas dessas mulheres precisam de forma simultânea, se dividir entre trabalho em casa com os filhos, cuidados do lar e o trabalho assalariado.

Quando se trata do fenômeno da “dupla jornada”, termo dado aos trabalhos realizados pela mulher, ele se refere ao fato de que essas mulheres acumulam em seu cotidiano as atividades relacionadas à vida doméstica e ao cuidado de familiares de maneira dobrada, ao mesmo tempo que uma parcela se encontra ativa, participando do mercado de trabalho, o que gera uma carga horária total de trabalho em várias instâncias, sendo assim uma dedicação de horas trabalhadas superior à dos homens. O impacto da dupla jornada nas mulheres é um tema de relevância

crescente nos últimos anos, e se faz essencial considerar os efeitos dessa sobrecarga nas condições de saúde física e mental delas.

Observei, a partir de uma realidade se apresentou para mim no meu cotidiano e nos meus estudos, que os desafios enfrentados pelas mulheres que conciliam responsabilidades profissionais e domésticas podem gerar consequências à saúde. No caso do meu contexto familiar, minha mãe foi atravessada por essa experiência, já que ela trabalhou por mais de duas décadas na indústria farmacêutica, por exemplo, que vivenciou o acúmulo de funções e a intensificação das demandas do ambiente de trabalho, em que também precisava conciliar com a maternidade e vida doméstica. Tais ações resultaram em uma série de problemas de saúde, como uma grave inflamação no nervo ciático, que a deixou temporariamente imobilizada. Esse quadro de adoecimento, resultante de uma jornada de trabalho extenuante, aliado à precarização das condições laborais e à necessidade de equilibrar vida profissional e familiar, me leva à reflexão sobre as consequências do modelo capitalista de produção e seu impacto nas mulheres, especialmente por um molde patriarcal de divisão sexual do trabalho que mexe completamente com o seu individual e coletivo.

Tal experiência trouxe à tona debates cruciais sobre a desigualdade de gênero latente no mundo, especialmente nas esferas dos trabalhos realizados perante a sociedade. As mulheres, pressionadas por um sistema historicamente patriarcal, enfrentam desafios que ultrapassam a esfera privada do lar, carregando em suas jornadas as marcas de uma sociedade que ainda define, em muitos aspectos, um “papel” para a mulher. Esse modelo social e histórico as insere em condições de trabalho e de sobrevivência que frequentemente desvalorizam e deterioram sua saúde, seja diretamente e/ou indiretamente, mesmo enquanto buscam condições melhores para si e para suas famílias.

Ao longo da pesquisa, tais desigualdades relevantes e históricas são percebidas na prática da mulher como um ser social, como por exemplo a dedicação necessária nas atividades domésticas e familiares, onde abordamos um foco específico no modelo de família nuclear, constituído por pai, mãe e seus filhos, onde ela passa a vida carregando consigo a responsabilidade da dupla jornada, refletindo em seu quadro de saúde e desenvolvimento de doenças, pois precisam trabalhar para sobreviver, e tendem por afetar sua qualidade de vida ao conciliar a dupla jornada de

trabalho excessiva, e esse fator têm relação direta com as condições de trabalho e de sobrecarga de tarefas domésticas. A pesquisa também aponta que mulheres, principalmente aquelas em contextos de pobreza e com baixa escolaridade, são mais propensas a apresentar problemas de saúde mental e física relacionados à sobrecarga de atividades.

Os dados estudados neste trabalho de conclusão, são advindos de estudos feitos, majoritariamente, pelo IBGE, e se revelam preocupantes nas suas abordagens e resultados, considerando as incansáveis lutas femininas em ter voz e a visibilidade sobre seu trabalho doméstico, que foi silenciado e invisibilizado como uma maneira de trabalho desde sua gênese. Assim, abro um questionamento também para essa invisibilidade e ocultação do trabalho doméstico, pois ao ser mitigado e não enxergado como uma forma de trabalho, gera uma reprodução social com incidência ideológica, que fortalece os parâmetros do patriarcado e do machismo.

No primeiro capítulo, o trabalho busca analisar as múltiplas dimensões das desigualdades enfrentadas pelas mulheres na sociedade contemporânea, com base em pilares históricos, culturais e econômicos que sustentam essas opressões. Partindo de uma reflexão sobre o conceito de "ser mulher" em sociedade, a pesquisa discute como as construções coletivas e simbólicas acerca do gênero feminino moldam as relações sociais e impactam as experiências de vida das mulheres. Explora-se o papel da família e do patriarcado como instituições que, ao longo da história, estabeleceram padrões morais que restringiram a autonomia feminina e reforçaram a desigualdade de gênero. A análise também abrange os conceitos de produção e reprodução social, demonstrando como esses processos estruturam a divisão sexual do trabalho e perpetuam a sobrecarga feminina nas esferas doméstica e laboral, apontando também divisão racial do trabalho no Brasil, evidenciando como o racismo estrutural agrava as condições de precarização e sofrimento das mulheres negras. Assim, a pesquisa propõe um panorama crítico sobre as desigualdades de gênero e raça no Brasil, revelando como essas dinâmicas se interseccionam e perpetuam desigualdades históricas.

O segundo capítulo, propõe a discutir como o acúmulo de múltiplas funções e a constante adaptação às demandas de um modo de vida capitalista que resulta em agravos físicos e emocionais na vida das mulheres brasileiras, que dividem e se

coexistem em realidades singulares. Com base em um aprofundamento sobre o trabalho e seus desdobramentos sociais, apresento dados que revelam a realidade brasileira e reforçam a desigualdade como pilar da divisão sexual do trabalho. Também será destrinchado como o Estado brasileiro tem respondido às demandas de saúde das mulheres diante das problemáticas apresentadas, e apontar os aspectos importantes através da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher, a PNAISM (2004) buscando compreender o alcance e as limitações dessas iniciativas a partir de uma perspectiva feminista.

## CAPÍTULO I

### A MULHER NA SOCIEDADE DE CLASSES E AS FORMAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL

#### 1.1. “Ser mulher”<sup>1</sup> em sociedade - As denominações coletivas sobre o gênero feminino

Neste capítulo, abordaremos em breves definições e trazendo estudos de autoras importantes para a temática, como a sociedade de classes, historicamente, não apenas excluiu as mulheres das principais atividades humanas como o mercado de trabalho no decorrer das décadas, mas também impôs a elas um papel de subordinação e divisão, nas esferas produtiva e reprodutiva, salientando como a divisão sexual complexificou ainda mais as relações sociais e de trabalho ao hierarquizar as ações e, com o passar do tempo, também sobrecarregou as mulheres em múltiplas funções, afim de compreender as consequências desse molde social no papel do duplo trabalho e da subsistência na vida dessas mulheres brasileiras.

Pensar e debater sobre o processo de adoecimento das mulheres durante a suas duplas – ou até mesmo nas suas múltiplas - jornadas de trabalho no Brasil, e a “posição da mulher” na sociedade capitalista na qual vivemos há tempos, requer compreender os fatores sociais, culturais e históricos que antecedem e atravessam os desdobramentos de como as mulheres, em suas existências mais plurais, são enxergadas e tratadas nessa sociedade, considerando o fato delas protagonizarem - desde o surgimento das interações humanas e socialização geral - a responsabilidade de comandar, majoritariamente de forma desproporcional, as atividades de cuidado e liderarem a reprodução do lar familiar.

---

<sup>1</sup> O ser mulher em sociedade entra em aspas nesse sentido, considerando o quando somos destinadas à ideias sobre quem devemos ser e como agir. Ideias pejorativas e sem correspondência com o nosso ser, de fato – mas que atinge nossa identidade por conta de uma atmosfera maior sobre a execução e importância desse ser de acordo com quem nos rodeia.

Para George e Santos (2014, p.54) a “disposição de cuidar” está associada “à construção de papéis de gênero em que se naturaliza a disposição ao cuidado como uma propensão feminina, baseada em sua função reprodutiva”. Essa ideia reflete uma das bases mais persistentes de desigualdade na sociedade na qual iremos tratar, onde se espera que a mulher desempenhe, de forma quase automática, funções de cuidado e proteção – seja com crianças, idosos, maridos ou na manutenção da casa – como parte de um instinto natural e inquestionável.

Se faz fundamental nesse trabalho, analisar e discutir a partir de perspectivas feministas, para compreender as especificidades pessoais desta categoria, a partir do que essa mulher é capaz de produzir e reproduzir socialmente diante de suas ações cotidianas, que devido a uma sobrecarga de funções, dialoga e vai de encontro com sua qualidade de vida física e mental, a partir da forma que ela está configurada socialmente em obrigações pré-determinadas, por questões que abordaremos a seguir.

Para iniciar uma compreensão sobre o porquê dessas atribuições ocorrerem com as mulheres, e que conseqüentemente as direciona ao fenômeno da dupla jornada, faz-se necessário entender (também pelo ponto de vista mundial) um pouco sobre as relações de gênero e essas atribuições no país, (que para as mulheres, estão ligadas à uma construção social que tem uma carga subjetiva que entende que a mulher está subordinada ao homem de forma hierarquicamente pela sua condição biológica, e de valor, sobre o seu “papel” na sociedade). Esses fatores foram mecanismos fundamentais para uma denominação coletiva das responsabilidades práticas que deveriam ser realizadas por cada homem e mulher no cotidiano social – práticas essas, inevitavelmente engendradas ao capitalismo, considerando as formas de se viver e sobreviver socialmente no coletivo.

Se analisarmos os tempos passados, nos deparamos com uma realidade assimétrica sobre o feminino e suas ações na sociedade. A sexualidade feminina, abrangendo suas capacidades sexuais e reprodutivas, assim como as atividades relacionadas a essas funções, foi convertida em mercadoria muito antes do surgimento da civilização ocidental. Segundo Seixas em “Sexualidade feminina” (1998),

A sexualidade assume diferentes significados de acordo com a cultura na qual está inserida. Esses significados também variam dentro da mesma cultura, podendo diferir de acordo com as ideologias, posturas e vivências [...] (SEIXAS, 1998, p. 169).

A citação de Seixas (1998) mostra que a sexualidade é moldada pelos contextos culturais e históricos, assumindo diferentes significados de acordo com a sociedade em que está inserida. Essas variações não apenas refletem valores e normas locais, mas também são influenciadas por ideologias, atitudes e experiências pessoais, e tal entendimento sugere que a percepção e expressão da sexualidade feminina ao longo do tempo são moldadas por sistemas culturais específicos.

Para uma problematização histórica, por exemplo, citamos aqui o filósofo Aristóteles - que viveu na época de 322 A.C, para apenas termos noção de quanta antiguidade sobre o assunto estamos falando. Aristóteles sustentava que o homem representava o universal na humanidade, enquanto as mulheres eram apenas uma variação menos perfeita deste padrão. No seu tratado "Sobre a Geração dos Animais", ele argumenta que as mulheres participam da geração de vida de forma "menos ativa" e que o homem é a verdadeira fonte do poder criativo no processo reprodutivo. Segundo ele, "A mulher, ao fornecer a matéria, limita-se a contribuir com o corpo, enquanto o homem, com a semente, fornece a alma e a essência do ser." (Aristóteles, De Generatione Animalium, p. 86, Livro II)

Essa visão que influenciou as sociedades antigas, passou a reforçar a ideia de que o masculino é normativo, padrão sobre o qual a humanidade é definida – e irreduzivelmente, por ter vindo de um homem se torna praticamente inquestionável - e que o feminino existe em uma posição de subordinação e incompletude. Apesar da distância entre os séculos antigos até os atuais, Aristóteles influenciou assim, a tradição ocidental de pensamento ao estabelecer uma hierarquia baseada em gênero, onde o masculino, associado à racionalidade e à atividade, estava no topo, enquanto o feminino, ligado à passividade e à natureza, como a reprodução por exemplo, ocupava uma posição de inferioridade.

Com consequências históricas, essas ideias aristotélicas sobre a natureza humana então serviram para justificar as diferentes formas de dominação sob as mulheres em vários âmbitos da vida social, na esfera pública e privada. Suas interpretações se basearam na diferença entre os sexos, compreendendo as distinções entre eles a grosso modo, onde cada um "exercia sua função própria",

justamente advinda dessas diferenças anatômicas, biológicas e hormonais que acabavam justificando a ideia de inferioridade para os filósofos. Assim, o pensamento Aristotélico consolidou uma tradição filosófica que relegou as mulheres ao papel secundário, tanto nos domínios ético, político e intelectual, quanto nos religiosos e sociais, ajudando a legitimar estruturas patriarcais ao longo dos séculos, onde o masculino foi idealizado como o padrão universal para todas as questões humanas.

Exemplificando outros acontecimentos histórico-mundiais que fazem parte do modo de tratamento em face da mulher na sociedade de classes e uma violência de gênero, trazendo para os tempos da civilização moderna, por exemplo: a escravização de mulheres negras e indígenas, a industrialização acelerada no Século XX, as guerras mundiais que impactaram as posições sociais (ocupadas tanto por homens quanto por mulheres, mas que afetou especialmente a categoria delas), a repressão da ditadura e o controle estatal sobre o corpo feminino, juntamente com o avanço do neoliberalismo, entre outros. No Brasil, entende-se como as sociedades mais antigas (como o período colonial) formaram o “modus operandi” com o papel reprodutivo estigmatizado da mulher, tornando então um cenário de exploração do masculino sobre o feminino, onde existia uma dominação e controle sobre as ações da mulher, que não eram incluídas a cidadania, e sendo excluída com a falta de acesso aos direitos básicos como direito ao voto, entre outros – sendo um personagem fácil, um alvo do sistema de opressão.

A ditadura militar (1964 – 1985) também foi um acontecimento histórico que reforçou um modelo de feminilidade tradicional, baseado na subordinação das mulheres ao espaço doméstico e familiar. Durante esse período, as políticas de Estado estavam profundamente alinhadas com o conservadorismo, reforçando a ideia de que as mulheres deveriam focar no lar e na maternidade, limitando suas opções no mercado de trabalho e na participação pública. Segundo Ana Maria de Almeida Costa, em seu livro “Mulheres na Ditadura Militar” (2010), o regime usou a moral familiar como um pilar da estabilidade social. As mulheres eram retratadas como cuidadoras do lar, e a participação feminina nas esferas públicas era vista com desconfiança e associada a atividades subversivas.

Saffioti (1969) na obra “A mulher na sociedade de classes – mito e realidade”, buscava demonstrar que o sexo, entendido como uma categoria social,

desempenhava um papel essencial na compreensão das dinâmicas do Brasil sob o sistema capitalista e no formato específico de sociedade de classes que aqui se estruturou. Em um segundo ponto, este artigo direciona seu foco para a contribuição da autora na construção de uma narrativa histórica sobre a experiência das mulheres no Brasil.

No referido livro, a autora enfatiza que a hierarquização dos sexos é fundamental para a estrutura do capitalismo:

A valorização da força física do homem serve de justificativa à hierarquização dos sexos. [...] Preconceitos de raça e sexo desempenham, pois, um papel relevante quer na conservação do domínio do homem branco, quer na acumulação de capital (SAFFIOTI, 1969, p. 47).

Ela analisa que, além da divisão de classes, outras contradições também influenciam o processo de extração da mais-valia. Esse olhar era inovador dentro do marxismo, ao situar “o homem branco” como figura central no exercício de dominação, transcendendo a ideia de uma classe social abstrata e conseqüentemente repassando essa lógica estrutural pelas sociedades, refletindo em seu comportamento e ação prática e individual de cada pessoa.

Isso nos faz refletir em inúmeras dimensões, considerando a forma que nós mulheres, incansavelmente, acabamos inseridas no modelo sistemático patriarcal, em prol do contínuo funcionamento da lógica dominante, e igualmente vivemos em busca de uma validação, ponto que entra em discussão no trabalho afim de compreender o desenvolvimento da dupla jornada feminina, que é concreta na realidade social e existe há tempos inestimáveis.

Para tal afirmação, podemos refletir na fala da autora Dora Barrancos na sua Obra “História dos Feminismos na América Latina” que aborda o tal “trabalho feminino”, de que tanto na função produtiva quanto do trabalho reprodutivo<sup>2</sup>, “as mulheres deviam permanecer na vida doméstica por causa de seu vínculo inato com a natureza” (BARRANCOS, 2022, P. 21). Ou seja, tal pensamento era justificado pelo domínio exercido pelos homens, que eram associados ao capitalismo como uma figura de superioridade, e pela ideia de que as mulheres eram “maternais” e “cuidadoras”, e precisavam responder a essas atribuições como se fosse uma ordem natural das

---

<sup>2</sup> Aqui, a reprodução é definida pela continuidade do modo de vida familiar, atribuído ao feminino e suas ações cotidianas.

coisas, estagnando-as então em uma função da jornada: cuidar da casa. Enquanto o homem se caracterizava em ser o “provedor” do lar. Esse pensamento foi aceito e alastrado com muita facilidade por todas as gerações, que foram absorvendo os diversos ideais morais, cristãos, filosóficos e sociais em detrimento ao gênero.

Indo em contrapartida a tal ideia do vínculo à sua natureza, Simone de Beauvoir vai trazer na obra do segundo volume de “O segundo sexo”, publicado em 1949, justamente um conjunto de ideias que relatam a luta contra o desrespeito com a mulher e, além de tratar de assuntos históricos e sociais, trata-se também de assuntos biológicos e filosóficos. No livro, ela aponta então que desde o nascimento o corpo masculino é frequentemente tratado com uma certa reverência, especialmente em relação às suas características genitais, simbolizando força e poder. E narra que o corpo feminino é definido por sua sexualidade, vista como algo que a restringe a papéis tradicionais, preparando-a desde cedo para ser uma boa esposa, mãe e cuidadora do lar, moldada por expectativas culturais e sociais.

O título dado pela autora já confere por si só o cunho de secundário no qual era tratado o gênero feminino. Ela faz também uma crítica e refutação a esse mito do "eterno feminino", que seria a ideia do determinismo biológico perpetuando a ideia de que há uma essência imutável e natural da feminilidade, justificando assim a subordinação das mulheres. A autora apresenta que

O que é um mito? É uma construção imaginária que apresenta certos valores ou interpretações sociais como naturais e universais. O mito do 'eterno feminino' é um dos mais poderosos, e ele aprisiona as mulheres em um papel pré-definido que limita sua liberdade e autonomia. (BEAUVOIR, 1949, p. 45)

Beauvoir (1949) define então esse mito como uma narrativa ou conjunto de crenças que conferem significado e legitimidade a determinadas estruturas sociais, naturalizando-as e tornando-as aparentemente incontestáveis, pois são produzidos e perpetuados pela cultura, e segundo ela, servem apenas para manter determinadas relações de poder, que são extremamente necessárias para o funcionamento de uma sociedade capitalista e patriarcal dominante, na qual se estabeleceu tanto no Brasil, quanto no mundo.

Por conseguinte, socialmente percebemos é que passou a ser enraizado então nas mulheres e em suas ações, um dever de que se precisa agir conforme o esperado das representações sociais pré-estabelecidas e apresentadas a ela, repassadas de alguma maneira, que foram moldadas antes mesmo que essas mulheres tomassem até mesmo uma consciência de si, justamente pelo sistema de relações de poder capitalista e ideais sobre fatores biológicos e de sexo, que pavimentaram esse caminho feminino. Um modelo de monogamia, uma subordinação muito imposta a essas mulheres, em busca de uma vida familiar perfeita e ideal, como fora ensinado a elas, e que acabaram contaminadas pela lógica da servidão, que parecia até mesmo obrigatória para essa mulher.

Para Simone então, "Somente ao reconhecer que a feminilidade é uma construção social, e não uma essência natural, podemos abrir caminho para que as mulheres se tornem sujeitos plenos de sua própria existência." (BEAUVOIR, 2009, p. 275). - Destacando a importância de não ceder a uma falsa ideia de papéis femininos que nasceram com as mulheres para o cumprimento ideal e romantizado em suas práticas.

A autora Beauvoir (1949) afirma ainda no segundo volume de "O segundo sexo" que, "não se nasce mulher, torna-se mulher" - nos fazendo refletir sobre a feminilidade e sua incorporação, onde vamos adentrando em ações que correspondem a esse "ser mulher". De acordo com essa interpretação de Beauvoir, o conceito de gênero pode ser visto como um processo dinâmico de construção pessoal, expresso na ideia de "tornar-se", sendo assim um aprendizado social. Isso envolve a escolha consciente de adotar, por meio de ações e habilidades, um conjunto de significados e características corporais que formam cada um. Mas, apesar de alguns avanços extremamente importantes, a atualidade humana e social da mulher ainda apresenta sintomas dessa diferença de tratamento e recepção sobre "o que a mulher faz" e o "papel feminino na sociedade", e será abordado ao longo do capítulo.

## **1.2 - A família e o patriarcado como influência moral para o feminino**

Essas representações sociais mencionadas - Família e Patriarcado - estão ligadas a alguns fatores do cotidiano histórico-cultural, que acabaram influenciando na forma de socialização dos indivíduos e na forma que a mulher é tratada coletivamente em relação ao gênero, e repercute até hoje. Dentre eles, primeiramente encontra-se o âmbito familiar, tendo em vista que a família é a primeira forma de interação social e carrega valores morais e religiosos de cada cultura. No artigo “Família e Serviço Social: contribuições para o debate”, Miotto (1997) entende a família como um grupo social marcado por uma série de determinações econômicas, culturais e sociais que definem sua estrutura, funcionamento e as relações internas e externas, tanto com o Estado quanto com a sociedade. Ela descreve a família como um espaço de socialização primária, onde ocorre a transmissão de valores e o provimento de cuidados, tendo a mulher, especialmente na figura de “mãe” e “cuidadora”, como a principal responsável por essas funções.

Ela destaca que, historicamente, esse papel atribuído à mulher contribui para a reprodução de desigualdades, refletindo tanto as divisões de classe quanto as transformações nas funções familiares, o que gera fragilidades e potencialidades para o grupo familiar. Como enfatiza Miotto, “a relação entre homem e mulher no contexto familiar revela também um universo de desigualdades” (MIOTTO, 1997, p. 126), expressas pela sobrecarga da mulher como cuidadora, uma condição que evidencia as limitações impostas por um sistema desbalanceado de organização social e econômica.

Trazendo também a crucial visão de Silvia Federici em “O Patriarcado do Salário” (2019), no tópico da família, a autora argumenta que dentro da família nuclear, as mulheres passaram a ser predominantemente encarregadas do trabalho reprodutivo, trabalho esse que inclui cuidar dos filhos, do lar e da manutenção diária da vida. Na análise dela, “a família não é apenas uma instituição social, mas de fato um pilar fundamental na manutenção e reprodução das relações de poder e de gênero” (FEDERICI, 2019, p. 26).

Federici (2019) explora como a família é uma figura essencial para a manutenção do capitalismo, enfatizando que esta forma de socialização repassada desde cedo, mantém a disciplina em favor dos interesses capitalistas, pois segundo ela, são “atividades que reproduzem a vida e a força de trabalho.” (Federici, 2019,

p.17). Assim, a família passou a ser a unidade básica de produção e reprodução - especialmente esse trabalho por ser gratuito e invisibilizado como uma forma de trabalho, onde a construção social coloca a mulher como dependente do homem.

A autora aponta ainda que “o capital precisa da família ou, mais especificamente, a disciplina da primeira é baseada na disciplina da segunda, e vice-versa. Ninguém nasce trabalhador ou trabalhadora” (FEDERICI, 2019, p. 55). Ou seja, para a autora, a família foi estruturada também para operar como essa unidade econômica, onde o trabalho doméstico das mulheres desempenha um papel essencial, sendo esse trabalho abordado como tudo que tenha ligação com atividades reprodutivas. Federici (2019) acrescenta ainda que o trabalho

demonstra que a subsunção real do trabalho doméstico, cujos principais instrumentos foram a família e sua ideologia, o amor – enfraquece toda a classe trabalhadora ao fragilizar socialmente as mulheres. Com isso, a esfera privada e a família deixam de ser percebidas como elemento externos ao capital (FEDERICI, 2019, p. 56).

Isto é, a autora ainda discorre na obra “O Patriarcado do salário” criticando também a naturalização dessa divisão sexual de atividades e trabalho, que existe dentro da família, e a função que essa instituição desempenha na utilização das mulheres e suas ações, compreendendo a diversidade de formas organizacionais nos arranjos familiares e doutrinas cultuadas por estas, ainda sim na sociedade de classes como um todo, pois

A família é, em essência, a institucionalização do nosso trabalho não assalariado, de nossa dependência não assalariada dos homens e, portanto, a institucionalização de uma divisão no interior da classe trabalhadora que disciplinou também os homens. (FEDERICI, 2019, p. 33)

Reforçando deste modo, como a família opera como um fator primordial dessa dependência e subordinação, já que desde cedo, meninos e meninas são socializados para adotar comportamentos e atitudes que correspondem aos papéis de gênero estabelecidos pela sociedade, e essa socialização é estabelecida através de pensamentos religiosos e/ou morais familiares e sociais, e também pela estipulação de normas e expectativas sobre o que significa ser homem ou mulher, fortemente influenciados por questões submissas e de subalternidade.

Essa compreensão do “ser homem” e “ser mulher” na sociedade de classes, foi marcado por uma influência significativa do Patriarcado,<sup>3</sup>. “A Criação do Patriarcado”, de Gerda Lerner (1986), é uma obra fundamental que explora as origens e o desenvolvimento histórico do tema, como uma construção social. O livro traz uma análise aprofundada das raízes patriarcais, mostrando como esse conceito se consolidou ao longo dos milênios e moldou as relações de poder entre homens e mulheres.

Lerner (1986, p. 13) argumenta que tal visão não é uma consequência inevitável da biologia, mas uma construção histórica que começou a se formar com o advento das sociedades agrárias. Ela enfatiza que "o patriarcado foi criado, em um longo processo histórico, como um sistema de controle sexual e social", o que implicou na subordinação contínua das mulheres. Esse controle surgiu de transformações nas estruturas familiares, nas práticas de propriedade privada, e na organização do trabalho e das heranças.

A autora destaca que o domínio masculino "foi uma das primeiras instituições estruturadas em que as mulheres foram subjugadas através da legalização da posse sobre seus corpos e sua capacidade reprodutiva" Lerner (1986), e isso foi perpetuado através de mitos, religiões, e normas culturais. Lerner traça um paralelo entre as formas de dominação feminina e a escravidão, abordando a criação de leis e sistemas que associavam as mulheres às esferas privadas, enquanto os homens dominavam os espaços públicos e a política.

A importância do livro reside no fato de que Lerner (1986) não apenas documenta o surgimento do patriarcado, mas também analisa como as mulheres internalizaram essa subordinação ao longo dos séculos. Segundo ela, "as mulheres passaram a ver seu papel subordinado como natural", surge assim, diante da história mundial, um fator que exige um olhar atento e voltado para uma compreensão aprofundada: as diferentes formas de trabalho realizado pela mulher, considerando essas alusões ao “papel” de cada uma.

---

<sup>3</sup> O patriarcado se dá como uma forma de organização social, onde as relações são ditadas pelos princípios de que “as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos” (Millet, 1975).

Esse aspecto, necessita ser abordado tanto de forma crítica quanto pelo ponto de vista feminista anticapitalista, como Silvia Federici (2019) explora em “O Patriarcado do Salário” que

A perspectiva feminista é essencial para uma análise do capitalismo, pois demonstra que, assim como o racismo e o etarismo, o machismo é um elemento estrutural do desenvolvimento capitalista, uma força material a se interpor no caminho de qualquer transformação social verdadeira, que não pode ser derrotada (como Marx acreditava) pela entrada das mulheres nas fábricas e pelo trabalho ao lado dos homens, mas exige, em vez disso, que as mulheres se rebellem contra a dominação masculina e suas bases materiais. (FEDERICI, 2019, p. 17)

E nos mostra a importância de iniciar um debate sobre a mulher nesse sentido, em uma abordagem apropriada relacionada a esse trabalho plural desempenhado por ela, tendo em vista que a ausência dessas discussões permeia as relações de trabalho e sociabilidade até hoje, sendo muitas delas desenvolvidas diante desses cunhos patriarcais e predominantemente masculinos que foram mencionados, o que já instaurava então uma diferença considerável para as mulheres sobre a atmosfera desses ambientes.

A análise das bases do patriarcado e da família como influências diretas na vida das mulheres nos revela como essas instituições consolidaram uma estrutura social de subordinação feminina. Ao refletirmos sobre as ideias de Silvia Federici e Gerda Lerner, constatamos que o papel da mulher na sociedade de classes não é uma consequência natural, mas uma construção histórica e social, onde o trabalho feminino, em especial o trabalho reprodutivo, foi instrumentalizado para sustentar o sistema capitalista. No espaço familiar, as mulheres foram destinadas ao cuidado e à manutenção da vida, atividades essenciais, mas invisibilizadas e sem remuneração. A própria família tornou-se um campo de socialização que reforça esses papéis, naturalizando comportamentos e atitudes associados ao gênero desde cedo.

Tal perspectiva levantada ajuda a perceber que a opressão feminina não se limita ao ambiente familiar, mas se estende para o espaço público e profissional, em que as mulheres frequentemente enfrentam expectativas e exigências moldadas por essa mesma estrutura patriarcal. O domínio masculino, solidificado em instituições e normas culturais, organizou o espaço e o tempo das mulheres em prol de um ideal de feminilidade e subordinação. Assim, a reflexão proposta ao longo do texto reforça a compreensão de que ser mulher na sociedade de classes implica viver sob uma lógica

de exploração que atravessa o privado e o público, o que nos ajuda a enxergar como o patriarcado e o capitalismo coexistem e se reforçam mutuamente.

### **1.3. Conceituando produção e reprodução social e seu reflexo na vida das mulheres**

Na busca por compreender mais a fundo essa desigualdade de funções vivida pelas mulheres no seu cotidiano, uma vez que são personagens vitais no sistema capitalista, é fundamental analisar dois conceitos-chave que protagonizam a temática da dupla jornada: o trabalho reprodutivo/doméstico e o trabalho produtivo feminino, para entender e debater como se apresentam na nossa sociedade de classes. Ambos os tipos de trabalho exercem papéis centrais na dinâmica social e econômica, especialmente por serem abordados na perspectiva de gênero, e se tratam aqui, das atividades desenvolvidas pelas mulheres. A forma como são historicamente e culturalmente tratadas, e que foi revelando ao longo das décadas uma estrutura desigual de poder e reconhecimento diante da sociedade patriarcal.

Quando falamos do termo “trabalho”, na perspectiva marxista, o processo de trabalho seria toda “atividade orientada a um fim” (MARX, 1867/1962, p. 193), e que esse trabalho então é toda atividade empenhada para a transformação da natureza, em algo socialmente desenvolvido. Mas no sistema capitalista, esse trabalho não só produz valor de uso, mas também gera valor econômico.

No sistema capitalista, porém, o trabalho adquire uma especificidade que transcende a simples transformação da natureza. A mercadoria, núcleo da economia capitalista, carrega consigo não apenas o valor de uso (sua utilidade), mas também o valor econômico, determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção. É aqui que emerge o caráter alienante do trabalho: o trabalhador, enquanto produtor, está desconectado do fruto de sua atividade, que não lhe pertence, mas ao capitalista. O produto de seu trabalho, ao ser mercantilizado, se transforma em uma força externa que regula sua vida e existência.

Esse processo de alienação, descrito em “O Capital”, evidencia que, no capitalismo, o trabalho se desumaniza, tornando-se apenas um meio de

sobrevivência. A transformação criativa que outrora conferia sentido à relação entre o ser humano e a natureza é reduzida à criação de valor econômico, em detrimento do bem-estar social.

É importante destacar que, ao gerar valor econômico, o trabalho no capitalismo também reforça desigualdades estruturais. A mais-valia – diferença entre o valor produzido pelo trabalhador e o que ele recebe como salário – é apropriada pelo capitalista, consolidando a exploração. Esse mecanismo é intrínseco à acumulação capitalista, pois permite que o capital cresça continuamente às custas da força de trabalho.

Argumentar sobre o papel do trabalho na perspectiva marxista também implica reconhecer como ele se organiza em relação às categorias de classe, gênero e raça. O sistema capitalista, além de explorar o trabalho assalariado, utiliza divisões sociais pré-existentes para intensificar sua acumulação. O trabalho doméstico e de cuidado, frequentemente invisibilizado e majoritariamente realizado por mulheres, é um exemplo disso. Embora não seja remunerado, é fundamental para a reprodução da força de trabalho e, portanto, para a sustentação do sistema econômico.

O escritor ainda ressalta e define em “O capital” (1867) que esse processo de acumulação capitalista afeta então, as mulheres em seu âmbito social, apresentando um valor diferente ao trabalho realizado pelo homem e pela mulher, isto é, tal acumulação capitalista afetou diferentemente esses dois gêneros, criando uma divisão entre o trabalho produtivo, que se realiza no espaço público, e o trabalho reprodutivo, que pode ser visto como confinado ao espaço doméstico, mas sem o qual não seria possível o trabalho produtivo, e neste caso, o trabalho reprodutivo no seu sentido mais amplo, transcende às fronteiras do doméstico-privado.

Isso contribuiu para a formação e consolidação da família burguesa, onde as responsabilidades do cuidado recaíram sobre as mulheres, conforme foi apresentado no primeiro tópico numa visão generalista do problema, poderia se afirmar que enquanto os homens ocupam o espaço produtivo e assalariado, a produção vai para o ambiente da fábrica, e a subsistência é privatizada e tendo o núcleo familiar como responsável da família burguesa. Federici (2019) em “O ponto Zero da revolução” sinaliza que

É precisamente essa combinação particular de serviços físicos, emocionais e sexuais que está envolvida no papel que as mulheres devem desempenhar para que o capital possa criar a personagem específica da criada que é a dona de casa, tornando seu trabalho tão pesado e, ao mesmo tempo, tão invisível. (FEDERICI, 2019, p. 45)

Federici (2019) destaca como o capitalismo transformou o papel da mulher, exigindo uma combinação única de cuidados físicos, emocionais e sexuais, essencial para sustentar o sistema vigente e vantajoso para o poder e onde se concentra. Ela argumenta que essas tarefas, centradas no papel de dona de casa, tornam o trabalho feminino desgastante e invisível, pois, ao ser visto como um "dever natural," desvaloriza e oculta a sobrecarga vivida por essas mulheres. Esse papel de cuidadora, moldado pelo capital, intensifica a exploração e neste ponto, é imprescindível entender como a mulher é vista e designada à tais papéis no capitalismo, seja mediante a sua prática de trabalho produtivo ou reprodutivo, para que possamos avançar na discussão de como isso tem uma ligação direta com seu adoecimento físico e mental.

O trabalho produtivo, simplificado, é então definido na economia política marxista, como aquele que gera valor de mercado e é remunerado, ou seja, que contribui diretamente para a produção de mercadorias e, conseqüentemente, para a acumulação de capital, sendo materializado de alguma forma e tradicionalmente associado aos homens, já que o homem sempre foi o principal agente das forças trabalhadoras concretas devido a estrutura de dominação patriarcal, sendo dignificado como de maior importância para a sociedade como um todo.

Silvia Federici (2019) em *O Patriarcado do Salário*, enfatiza que o trabalho produtivo é aquele que "gera valor para o capital, ou seja, contribui diretamente para a produção de mercadorias que podem ser comercializadas no mercado". (Federici, 2019, p. 20). Esse tipo de trabalho é aquele associado ao "emprego", que tanto conhecemos, o trabalho assalariado realizado em fábricas, escritórios e outros espaços de produção capitalista. O trabalho produtivo, portanto, é aquele que pode ser medido em termos de produtividade econômica, criando bens e serviços que têm um valor de mercado.

Já quando tratamos do trabalho reprodutivo, sendo esse não remunerado e invisível, é o que envolve as atividades essenciais à manutenção da vida e da força de trabalho, como os cuidados domésticos e familiares. A autora Federici (2019)

observa na obra que a figura da dona de casa proletária faz parte do processo capitalista de forma indispensável.

Segundo ÁVILA e FERREIRA (2014) no livro “Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres”, elas narram por essa perspectiva da mulher que

De modo geral, pode-se afirmar que a organização do cotidiano doméstico é, majoritariamente, uma responsabilidade feminina [...] A mulher não apenas é a principal executora, como é também a figura que organiza, hierarquiza e define quais são as tarefas de manutenção do lar a serem realizadas. (ÁVILA, FERREIRA, 2014, p. 61)

Definindo o trabalho reprodutivo para incluir assim, todas as atividades necessárias para a reprodução da vida e da força de trabalho, como cozinhar, limpar, cuidar dos filhos, e manter as condições básicas para a vida cotidiana. Inicia-se então uma abertura para analisar o desenvolvimento dessas formas de trabalho realizado pela mulher diante das relações sociais e de gênero, como possuem seus rebatimentos no sistema capitalista. Federici (2019) aponta em Patriarcado do Salário que, diferente da ideia de “produtividade”, o trabalho reprodutivo é realizado majoritariamente por mulheres e, historicamente, não é remunerado, nem reconhecido como “trabalho” no sentido econômico da palavra, como abordamos acima. Silvia apresenta que, apesar da ausência de remuneração, o trabalho reprodutivo é ainda de maneira incontrariável, fundamental para o funcionamento do capitalismo, pois ele garante a produção e reprodução da força de trabalho sem custos diretos para o capital. Ela afirma em O Calibã e a Bruxa (2004), como o desenvolvimento do capitalismo europeu reforçou essa subordinação das mulheres ao relegá-las ao trabalho reprodutivo não remunerado

O trabalho reprodutivo, embora invisível e desvalorizado, é a base sobre a qual o capitalismo se sustenta, pois assegura a produção contínua de trabalhadores e a reprodução das relações sociais que sustentam a exploração (Federici, 2004, p. 22).

Para a autora, "A transição para o capitalismo não apenas consolidou a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo, mas também marginalizou o papel das mulheres no trabalho remunerado, reforçando sua dependência econômica dos homens" (Federici, 2004, p. 75). Essa afirmação resgata como as mulheres faziam um papel de dependentes do aspecto financeiro em relação aos homens, já que ele

buscava o emprego para manter a família na produção direta, e ela buscava manter a família para o funcionamento do lar na reprodução.

Federici (2004), diante disso, argumenta que o capitalismo se sustenta na exploração tanto do trabalho produtivo quanto do trabalho reprodutivo, sendo este último invisibilizado e relegado ao ambiente doméstico por não ser mercantil. Ela afirma que a "disponibilidade de uma mão de obra bem disciplinada é essencial para a produção em todos os estágios do desenvolvimento capitalista", mostrando como o trabalho doméstico e a família são os pilares dessa estrutura (Federici, 2019). Esse trabalho, por sua vez, não é reconhecido como tal porque não é remunerado, o que reforça sua invisibilidade.

A autora na obra ainda aponta que a condição da mulher na sociedade como não assalariada começa no ambiente familiar, onde o trabalho não está diretamente ligado ao processo capitalista, mas promove situações em que a mulher necessita se afirmar como cidadã, e fundamentalmente faz parte das formas de trabalho produtivo e reprodutivo.

Após essas definições, compreende-se então que a mulher, na sociedade capitalista sempre esteve fadada "culturalmente" e "biologicamente" a executar um tipo de atividade, como abordamos anteriormente: o trabalho reprodutivo, sendo este caracterizado pelo cotidiano prático das mulheres em sua vida doméstica, e incessantemente invisibilizado, segundo Federici (2019), que demonstra

Assim que erguemos a cabeça das meias que cerzimos e das refeições que preparamos e olhamos para a totalidade de nossa jornada de trabalho, vemos que, embora ela não resulte em salário, nosso esforço gera o produto mais precioso do mercado capitalista: a força de trabalho. O trabalho doméstico, na verdade, é muito mais que a limpeza da casa. É servir a mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para batalhar dia após dia por um salário. É cuidar de nossas crianças - futura mão de obra - ajudá-las desde o nascimento e ao longo de seus anos escolares, e garantir que elas também atuem da maneira que o capitalismo espera delas. Isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório [...] existe o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem sua vida reproduzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas [...]. (Federici, 2019, p. 28)

As contribuições de Silvia Federici destacam então essa centralidade do trabalho reprodutivo das mulheres no sistema capitalista e sua incessante participação, denominada como um "trabalho oculto" desde muito tempo, trabalho

esse que se dá pela servidão da mão de obra assalariada em termos além dos físicos, pois segundo ela, a disponibilidade de uma mão de obra bem disciplinada é fator essencial para a produção em todos os estágios do desenvolvimento capitalista, compreendendo que o trabalho doméstico e a família são os pilares dessa produção capitalista. (FEDERICI, 2019) - ou seja, a autora desenvolve que não se pode ignorar o trabalho doméstico como forma de trabalho só pela falta de salário, pois significaria ignorar toda a complexidade envolvendo o núcleo da força das atividades exercidas pelo gênero feminino no lar.

Em suas palavras: "Embora o trabalho doméstico não resulte em salário, nosso esforço gera o produto mais precioso do mercado capitalista: a força de trabalho" (Federici, 2019, p. 22). A autora destaca que o trabalho doméstico sustenta a produção capitalista ao garantir que a força de trabalho esteja apta para gerar valor. Isso expõe a necessidade do trabalho reprodutivo para o funcionamento do sistema econômico, apesar de sua invisibilização e desvalorização. Essa configuração então, da definição e privatização das tarefas e cuidado, gerou um reposicionamento das mulheres na sociedade, com novas funções que correspondem às necessidades do capitalismo.

Para a autora,

A distinção entre trabalho produtivo e improdutivo é uma construção ideológica que desvaloriza o trabalho das mulheres e justifica a exploração doméstica. O trabalho reprodutivo é a base de toda produção capitalista, pois sem ele, uma força de trabalho não seria renovada. (FEDERICI, 2019, p. 39)

Por conta desses fatores observados, Federici (2019) então defende que a luta feminista deve incluir a revalorização do trabalho reprodutivo e a criação de um sistema econômico que reconheça e compense justamente todo tipo de trabalho, independentemente de ser produtivo ou reprodutivo. Ela argumenta que a verdadeira emancipação das mulheres só pode ser alcançada através da transformação das relações econômicas e sociais que sustentam a divisão sexual do trabalho Federici (2019) que pode ser visto através de todas as nossas ações do dia-a-dia.

Assim, muito se destaca sobre o capitalismo e seu papel nessa discussão, já que ele não só explora o trabalho produtivo das mulheres, mas também depende da externalização dos custos do trabalho reprodutivo para a esfera privada. Segundo

Ávila (2014), essa ocultação do trabalho reprodutivo durante séculos, foi a realidade escancarada dessa categoria, e poderia ter mudado os rumos da humanidade:

não se reconhece que as mulheres estiveram presentes como parte da classe trabalhadora desde o início da industrialização. Se isso é tomado em consideração, traz uma grande consequência para a concepção de vida cotidiana, pois nesse compartilhamento, ou nesse viver em comum, que caracteriza a esfera da vida cotidiana, há um movimento entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo que historicamente é uma prática social das mulheres, compartilhada desigualmente entre mulheres (ÁVILA, 2014, p. 58)

O mundo teve uma progressão em alguns aspectos, e foi se desenvolvendo e trazendo então mudanças de acordo com seu contexto histórico-espacial, e outras questões foram surgindo, que passaram a estar relacionadas ao tratamento e designação de funções para cada homem e mulher, ainda com forte atraso e lentidão dessa evolução sobre a inclusão do gênero feminino. Entretanto, a complexidade desses conceitos vai além de definições simples, pois ambos estão interligados nas dinâmicas do capitalismo, ainda que o trabalho reprodutivo continue a ser desvalorizado. Federici (2019) considera que

Nossa luta pelo salário abre para pessoas assalariadas e não assalariadas, sem distinção, a questão da real duração da jornada de trabalho. Até o momento, homens e mulheres da classe trabalhadora tiveram sua jornada definida pelo capital – pela batida do ponto na entrada e na saída. Isso definiu o tempo em que pertencemos ao capital e o tempo em que pertencemos a nós. Mas nunca pertencemos a nós. Sempre pertencemos ao capital, a cada instante da vida. É hora de formarmos o capital a pagar por todos esses instantes. (FEDERICI, 2019, p. 41)

O que conclama uma reivindicação pelo pagamento integral do tempo de vida: A ideia de "formar o capital a pagar por todos esses instantes" é uma demanda por justiça social que transcende a simples luta por melhores salários. Ela aponta para a necessidade de reconhecer que o trabalho não assalariado, como o doméstico e o reprodutivo, é igualmente produtivo e merece valorização e remuneração. A partir de uma luta coletiva, Federici enfoca uma luta ampla que englobe tanto assalariados quanto não assalariados, unindo a classe trabalhadora em torno do reconhecimento de que todos os aspectos da vida estão subordinados às demandas do capital. Essa luta implica repensar a organização do trabalho e da vida, buscando emancipação da lógica capitalista.

#### 1.4 - A Divisão sexual do trabalho no Brasil e suas implicações

Pensar fundamentalmente sob a perspectiva da divisão sexual do trabalho – que seria a ideia de categorizar que o homem exerce um tipo de trabalho e a mulher outro, é crucial para entender as ramificações em torno da prática do trabalho e das ações relacionadas ao indivíduo de forma geral, que é atravessada pela questão de gênero, na qual socialmente atribuiu de forma comum de que os homens pertencem ao trabalho produtivo (externo, público, até mesmo braçal), e as mulheres fariam parte do trabalho reprodutivo (esfera privada do lar, reprodução e cuidado). Conforme Hirata e Kergoat (2007) e a divisão sexual

estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. (2007, p. 546)

Um dos intuitos desse capítulo é assimilar como esses aspectos de ‘separação’ das ações humanas, de acordo com o que foi apresentado, determinaram como o cotidiano da mulher brasileira acabou legitimando lugares estigmatizados para a ocupação feminina, e assim potencializaram (como continuam a fazer) os efeitos na saúde da mulher trabalhadora em dupla jornada, tendo em vista que a divisão sexual do trabalho é uma parte importante da gama de processos relacionados à classe, gênero e raça e conseqüentemente a inserção e existência das mulheres na nossa sociedade, e especialmente um mecanismo usado como instrumento para manutenção do capitalismo.

Marx e Engels, em “A ideologia alemã”, identificaram a divisão sexual do trabalho como um reflexo da divisão natural do trabalho dentro da família (MARX; ENGELS, 2007 s/p).

Já Engels, em sua obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, aprofunda essa análise, explorando as implicações dessa divisão nas estruturas sociais e econômicas. Ele argumenta que as funções atribuídas a homens e mulheres não são meramente biológicas, mas estão profundamente entrelaçadas com as dinâmicas de poder e propriedade que surgem nas sociedades, que é extremamente importante de entender que não são meras diferenças sobre anatomia ou biologia

a primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino (MARX, ENGELS, 1853, p. 70-71).

A divisão sexual do trabalho se baseia na atribuição de determinadas funções a homens e mulheres, com a expectativa de que os homens desempenhem essas atividades produtivas, remuneradas e visíveis, enquanto as mulheres assumam o trabalho reprodutivo e doméstico, que é não remunerado ou subvalorizado. De acordo com HIRATA (1986), a divisão sexual do trabalho tem uma consequência fundamental no ponto de vista da reprodução de diferentes instituições sociais. Para a autora, essa divisão orienta a formação escolar, influi na linguagem que caracteriza os elementos do mundo do trabalho, definindo o que é feminino e masculino, assim como as percepções sobre a família e sobre a política pública.

Conforme abordado por Hirata e Kergoat (2007), esse conceito é estruturado por dois princípios fundamentais: separação e hierarquização. Esses princípios podem ser aplicados para entender também a divisão racial no Brasil, pois existe uma distinção entre as atividades atribuídas às mulheres e aos homens, bem como entre as tarefas realizadas por pessoas brancas e negras. Além disso, há uma hierarquia que valoriza mais os trabalhos masculinos e brancos em relação aos realizados pelas mulheres e pelas pessoas negras. Isso resulta na desvalorização do trabalho das mulheres negras, cujo valor é inferior ao de outros grupos sociais no mercado de trabalho.

Historicamente, renovou-se e consolidou-se cada vez mais uma hierarquização do trabalho. A participação masculina no mercado de trabalho sempre foi maior que a feminina, devido a desigualdades em acesso à educação e ao treinamento profissional. Tomou-se, perdurando pelos anos e diferentes sociedades, uma hierarquização dos ditos “trabalho de homem e trabalho de mulher”, pois começa a diferenciar uma prática de outra, tornando o trabalho masculino mais valioso devido ao seu “maior valor social”, e as mulheres acabavam entrando em uma posição de desvantagem e desqualificação diante de suas ações relacionadas ao trabalho assalariado, ocorrendo essa reprodução em âmbito institucional e familiar.

Segundo Ávila (2010), a Revolução Burguesa e a Revolução Industrial, entre o final do século XVIII e do século XIX, ocorridas em países do Norte, deslancham mundialmente “um processo de organização da vida social dentro do qual se forma uma nova maneira de viver, como parte da modernidade, que vai se denominar vida cotidiana.” Deste modo, não apenas reestruturaram as economias, mas também foram responsáveis por estabelecer e aprofundar uma divisão sexual do trabalho que, ao longo dos séculos seguintes, continuaria a moldar a forma como as sociedades viam e organizavam o trabalho de homens e mulheres. A "vida cotidiana" moderna, como descreve Ávila, passou a ser estruturada por essas hierarquias de gênero, que se mantiveram fortemente influentes até os dias atuais, refletindo-se em desigualdades persistentes no mercado de trabalho e nas responsabilidades familiares.

O conceito de divisão sexual do trabalho também passou a ganhar destaque em pesquisas ao redor do mundo, mas foi na França, no início da década de 1970, que ele se solidificou teoricamente, impulsionado pelas discussões do movimento feminista. Nesse contexto, a crítica feminista evidenciou as dinâmicas desiguais de gênero nos espaços público e privado, trazendo à tona a questão da reprodução social realizada pelas mulheres, historicamente desvalorizada e invisibilizada.

Por conseguinte, o trabalho dos homens passa a ter mais valorização na sociedade, tendo em vista sua inserção nas esferas de grande importância social, como militarismo, política, entre outros – o que causará enorme diferença no tratamento de homens e mulheres no espaço desses ‘trabalhos’, gerando também uma hierarquização do trabalho desses gêneros.

Silvia Federici (2017), agora em seu livro "Calibã e a Bruxa", explora como a divisão sexual do trabalho foi instrumentalizada durante o período da transição do feudalismo para o capitalismo. Ela argumenta que a redefinição das tarefas domésticas e reprodutivas das mulheres foi crucial para a formação do capitalismo moderno

A divisão sexual do trabalho foi uma peça-chave na criação de um novo regime de acumulação capitalista, onde o trabalho reprodutivo não remunerado das mulheres foi essencial para a reprodução da força de trabalho e para a manutenção do sistema capitalista (Federici, 2017, p. 97).

Desta forma, isso corrobora a ideia de que ao longo dos anos, a sociedade absorveu a ideia da divisão sexual do trabalho e a perpetuou atribuindo o “trabalho feminino” e “trabalho masculino” para todas as funções do cotidiano, o que gerou desdobramentos patriarcais para a classe feminina, e gera até hoje, considerando as relações de dominação do capital e como utiliza do gênero para obter lucros.

Agora, as autoras Ávila e Ferreira (2014), na obra “Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres”, apontam para essa justificativa ao abordar que “[...]a conformação dessa divisão sexual do trabalho evidencia que a nova ordem social, estabelecida a partir dos interesses do capital, reestruturou a dominação patriarcal” (ÁVILA E FERREIRA, p. 14, 2014)

Saffioti em “Trabalho feminino e capitalismo” afirma que

A divisão sexual do trabalho no capitalismo não é apenas uma divisão de tarefas, mas uma divisão hierárquica que coloca as mulheres em uma posição de subordinação. Esta divisão é funcional ao sistema capitalista, pois permite a reprodução da força de trabalho a baixo custo (Saffioti, 1978, p. 45)

Neste fragmento, será importante entender por que, para Saffioti, desde a gênese das práticas humanas remuneradas, o capitalismo se aproveita então dessa divisão sexual juntamente às desigualdades ligadas às práticas femininas e masculinas, que permeiam a sociedade para reforçar estigmas, maximizar seus lucros e suas formas de exploração, e ao longo da história, ele se apropriou de características da sociedade, como a dimensão social e cultural de raça e sexo, e das distintas compreensões sobre “ser homem e ser mulher”, pois muito foi utilizada essa ideia da divisão sexual como ferramenta a mais de exploração, para que pudesse servir a lógica de funcionamento do capitalismo e justificar as diferenças enraizadas entre “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”, reforçando o caráter subsidiário (secundário) do trabalho feminino.

A autora Heleieth Saffioti, importante socióloga e escritora que abrange de forma pioneira a totalidade feminina e o marxismo, pensando a partir de uma sociedade que desenha a condição da mulher nas forças capitalistas - ela aborda na obra “A mulher nos espaços públicos e privados”, que

a análise da categoria gênero deve ser entendida como uma relação entre sujeitos históricos e participantes de um padrão de acumulação capitalista

que se apropria das relações de gênero para explorar as diferenças socialmente construídas a seu favor (SAFFIOTI, 2004, p. 74).

A contribuição de Kapp e Lino (2008) aponta que “Fato é que o modo de produção capitalista industrial não seria capaz de prover sua própria reprodução se não contasse com essa parcela imensa de sobretrabalho” (Kapp; Lino, 2008, p 14), e revela a importância crucial do trabalho reprodutivo e produtivo feminino dentro do sistema capitalista industrial. O termo "sobretrabalho" aqui se refere não apenas às horas extras realizadas no ambiente de trabalho formal, mas também ao trabalho invisível e não remunerado que sustenta a força de trabalho. Esses fatores começaram a apontar, além da desigualdade, a desproporcional maneira que a mulher era vista e aceita na sociedade, o que a coloca primordialmente em um lugar mais vulnerável no seu quadro de saúde.

No Brasil, o processo de colonização foi a gênese do domínio do masculino sobre o feminino nessa divisão, pois culminou na violência generalizada nas mulheres indígenas que já ocupavam essas terras, em seguida as mulheres negras que sofreram com exploração e escravização. Bruschini (1995) aponta que, na sociedade brasileira, há uma predominância de relações desiguais e hierárquicas que colocam homens e mulheres em posições assimétricas, tanto no espaço produtivo quanto nas esferas privadas.

A partir daí, começou a surgir a ideia de predileção dos locais formais de trabalho em escolher homens para desempenhar os principais cargos, reforçando o estereótipo de incapacidade, e também de questões biológicas que eram dados às mulheres, e a autora afirma que todas as pesquisas relacionadas ao assunto concluem o mesmo pensamento, que seria sobre “o domínio exercido pelos homens já existia quando as diferenças entre grupos na propriedade privada foram definidas” ,(BARRANCOS, 2019 P. 20) reforçando a ideia de que o trabalho feminino era invisível e sistematicamente desvalorizado, como se as mulheres já ocupassem desde seu nascimento uma função de práticas reprodutivas e familiares, a tornando inapta a uma emancipação.

Essa dominação sob as mulheres existe e se fortalece, justamente por ser vantajosa para o capitalismo sempre se renovar em sua própria estrutura – tendo o controle social para a manutenção, tendo em vista que tal realidade reflete uma

naturalização cultural e social da ideia de que o cuidado e a responsabilidade pelo lar pertencem ao gênero feminino, o que resultou em uma sobrecarga significativa para as mulheres – a prática infundável da dupla jornada, que é um mecanismo imprescindível para a concretização em reproduzir o modo de produção capitalista.

É quando trazemos essa discussão que entendemos como a trajetória feminina perpassou pela desigualdade de gênero, e as mulheres continuaram sofrendo com atribuições patriarcais históricas e sociais relacionadas não só a seu desempenho na comunidade de forma geral, mas também seu lugar de trabalho, em que pese os avanços de sua ocupação em cargos remunerados, a mulher continuou exercendo a dupla jornada de trabalho que adentramos aqui – produtivo e reprodutivo, e executando a força de trabalho.

#### **1.4.1 - Divisão Racial no trabalho: Precarização e sofrimento das mulheres negras no contexto do Racismo Estrutural**

O Censo Demográfico de 2022 revelou que a maioria da população brasileira (47,9%) se identifica como parda, superando pela primeira vez, desde 1991, o grupo de pessoas que se declaram brancas, que representa 43,8%. Essa mudança na autodeclaração é significativa para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais no Brasil, pois reflete não apenas questões identitárias e de pertencimento, mas também os efeitos das políticas de inclusão e do debate racial no país.

Aprofundando na análise e discussão sobre como as mulheres se estabelecem socialmente diante da sua designação em assumir uma dupla jornada em diversas configurações, adentramos no debate que tem um ponto de partida no amplo perfil de mulheres negras, que não estão inseridas em um espaço de privilégios devido ao seu contexto de raça e classe.

Pode-se afirmar que o racismo estrutural é um pilar que sedimenta essa problemática da divisão racial do trabalho no país

O primeiro ponto a entender é que para falar de racismo no Brasil é, sobretudo, fazer um debate estrutural. É fundamental trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, mapeando suas consequências. Deve-se pensar como esse sistema beneficiando economicamente por toda história a população branca, ao passo que a negra,

tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e à distribuição de riquezas. (RIBEIRO, 2019, p. 5)

Após a abolição da escravidão em 1888, as mulheres negras encontraram trabalho predominantemente em atividades informais, como o serviço doméstico, um setor ainda fortemente marcado pela precariedade e pela falta de direitos trabalhistas. Heleieth Saffioti (2013) em *Patriarcado e Violência* corrobora tal acontecimento, pois “a exploração das mulheres negras no Brasil pós-escravidão foi institucionalizada nas formas mais precarizadas de trabalho, onde a discriminação racial se combina com a exploração de classe” (SAFFIOTI, 2013, p. 122). Historicamente, a informalidade sempre esteve presente no mercado de trabalho brasileiro. No entanto, uma crise econômica das décadas de 1980 e 1990 e as políticas neoliberais intensificaram a precarização do trabalho, empurrando um número crescente de mulheres para o setor informal

Com isto, a divisão racial se tornou um elemento estrutural fortemente presente na sociedade, mesmo antes de sua ‘descoberta’, ele já ocorria nas estruturas de dominação. Segundo Angela Davis (1981) em *Mulheres, Raça e Classe*, “a divisão sexual do trabalho durante a escravidão foi deliberadamente projetada para consolidar hierarquias de poder baseadas tanto em raça quanto em gênero” (p. 23). A autora ainda revela que, mesmo com a abolição da escravatura, persistiu uma organização racial que influenciou a posição social das mulheres negras, reforçando como o histórico colonial brasileiro e suas ramificações ainda são visíveis no mercado de trabalho atual.

Lélia Gonzalez (1980) em seu artigo clássico “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, aponta o racismo como uma “neurose da cultura brasileira”, cuja articulação com o sexismo gera impactos particularmente violentos para as mulheres negras (GONZÁLEZ, 1980, p. 224). Gonzalez utiliza essa expressão para descrever como o racismo permeia de forma intrínseca as relações sociais e a consciência coletiva no Brasil. Esse “traço neurótico” refere-se à negação e ao silêncio em torno do racismo, que é constantemente disfarçado e minimizado como um problema menor ou tratado como uma questão resolvida com a abolição da escravatura.

Gonzalez argumenta que essa negação coletiva representa uma negação da identidade negra e da contribuição dos afro-brasileiros à formação do Brasil. A sociedade brasileira, assim, prefere se autointitular uma “democracia racial,” sem

confrontar as hierarquias raciais e a marginalização persistente que afetam principalmente a população negra.

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, “mãos brancas estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país. (GONZALESZ 1980, p. 9)

A divisão racial do trabalho no Brasil nos revela um padrão historicamente enraizado de desigualdades, particularmente quando se analisa a divisão sexual e a dupla jornada das mulheres. Assim, a combinação de fatores raciais e de classe intensifica as condições de vulnerabilidade de mulheres negras e de baixa renda, tornando a informalidade uma realidade predominante para esse grupo, como explicita Gonzales (1980):

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc, até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...). No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos, cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar (GONZÁLEZ, 1980, p. 232- 233)

Historicamente, o Brasil perpetuou igualmente a naturalização do papel de cuidadoras para as mulheres, principalmente para aquelas que não estão inseridas em espaços de privilégios econômicos ou sociais. É perceptível que elas se desenvolvem intrínsecas à constituição das classes sociais, considerando que temos um histórico escravocrata baseado na exploração-opressão da população negra, este padrão se reflete, sobretudo, na forma como a informalidade opera entre as mulheres negras. “Ou ainda quando estão empregadas, seu status social não altera a forma como são percebidas nos espaços sociais que, historicamente, não eram “apropriados a elas.” (DO NASCIMENTO; GONÇALVES, 2021, p. 45).

Essa estrutura social continua a influenciar a posição das mulheres negras no mercado de trabalho contemporâneo. Hoje, elas estão sobrerrepresentadas em

setores precarizados e sub-remunerados, e muitas vezes não conseguem acessar os benefícios e proteções associados ao trabalho formal.

O recorte de raça e classe é, portanto, essencial para entender a dinâmica da informalidade entre as mulheres no Brasil. De acordo com o IBGE (2019), 41,6% das mulheres ocupadas estavam no mercado de trabalho informal, com esse número subindo para 50,8% entre as mulheres negras. Entre as mães pretas e pardas com filhos de até três anos, o cenário é ainda mais grave, pois menos da metade está inserida no mercado formal. A informalidade, para essas mulheres, muitas vezes significa desproteção social, ausência de seguridade trabalhista e exposição a condições adversas de trabalho, agravando o impacto sobre sua saúde física e mental.

A realidade mencionada se conecta com o conceito de “trabalho reprodutivo” — aquele que envolve o cuidado com a família, o lar e a manutenção da vida cotidiana. Como destaca Silvia Federici (2017), o capitalismo se apoia nesse trabalho invisível, que “não é remunerado e não recebe reconhecimento, mas é vital para a manutenção da força de trabalho” (p. 89). A carga de trabalho não remunerado, quando somada ao trabalho formal ou informal, intensifica a dupla jornada feminina, especialmente para as mulheres negras e de baixa renda.

O estudo "A mulher negra, o mercado de trabalho e o acesso a direitos" sublinha que políticas de igualdade de gênero precisam considerar a interseccionalidade de raça e classe para serem eficazes. "A interseccionalidade é crucial para entender como as opressões de raça e gênero se entrelaçam para moldar as experiências das mulheres negras no mercado de trabalho" (David, Ferreira e Alexandrino, 2020). Sem esse enfoque, as desigualdades continuam a ser reproduzidas; pois diferente das articulações promovidas pelo feminismo branco, para as mulheres negras, o movimento feminista hegemônico coexistiu ligado a uma visão eurocêntrica e colonialista, sem abarcar plenamente a formação social e histórica dos países latino-americanos, que enfrentaram exploração e colonização.

Assim, o trabalho informal das mulheres negras é uma continuação da marginalização histórica, com consequências profundas para sua saúde e desenvolvimento social, fazendo com que essa marginalização no setor informal traz implicações diretas para a saúde dessas trabalhadoras. A informalidade não só as

exclui dos benefícios e proteções trabalhistas, como também agrava sua exposição a condições de trabalho insalubres e perigosas. Segundo um estudo da OIT, Organização Internacional do Trabalho (2019), "a falta de proteção social no trabalho informal aumenta a vulnerabilidade econômica das mulheres, impactando negativamente sua saúde física e mental" (p. 57).

Portanto, a dupla jornada feminina no Brasil, especialmente das mulheres negras e periféricas, está ancorada em uma dinâmica histórica de exploração racial e de classe. O peso da informalidade e da desvalorização do trabalho reprodutivo limita as oportunidades dessas mulheres de ascenderem social e economicamente, reforçando as desigualdades estruturais que atravessam o país, e tal fator atravessou completamente o sistema de desenvolvimento no trabalho profissional dessas mulheres, principalmente quando vistas de forma inferior e marginalizada.

## **CAPÍTULO II -**

### **A MULHER NO TRABALHO E NA SOCIEDADE BRASILEIRA: TRAJETÓRIA, SAÚDE E POLÍTICAS PÚBLICAS**

#### **2.1 - A trajetória feminina no trabalho assalariado no Brasil: uma análise histórica do valor econômico e das transformações sociais**

A história do Brasil no campo do trabalho foi profundamente marcada pela escravidão. Inicialmente, foram os povos indígenas, habitantes originários do território, que enfrentaram o processo de escravização, além de terem suas terras invadidas e apropriadas pelos colonizadores portugueses que aqui roubaram as nossas terras.

Em uma breve contextualização mundial, podemos citar a A Revolução Industrial<sup>4</sup> (1760 – 1840), que foi um marco fundamental para a inclusão das mulheres no trabalho assalariado com a expansão do capitalismo no mundo, trazendo mudanças nas estruturas familiares e nas relações sociais.

Compreende-se que desde a visão eurocêntrica, o trabalho era atrelado ao universo essencialmente rural, mas o modo de produção capitalista causou uma mudança significativa dessa realidade. As mulheres migraram do campo para os centros urbanos, buscando empregos em fábricas têxteis e outras indústrias, muitas vezes por necessidade de sustentar suas famílias. Friedrich Engels (1845), em "A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra", discute esse impacto:

---

<sup>4</sup> A Revolução Industrial foi um marco histórico dos séculos XVIII e XIX, iniciado na Inglaterra, que transformou profundamente os meios de produção e a organização social. A substituição do trabalho artesanal pelas máquinas, movidas por carvão e vapor, gerou um aumento expressivo na produtividade e impulsionou a urbanização e o capitalismo industrial. No entanto, também acentuou desigualdades, com jornadas longas e condições insalubres para trabalhadores. Esse período consolidou a industrialização como pilar da economia moderna.

A grande indústria deslocou o trabalho da casa para a fábrica, e a mulher, que antes estava confinada às quatro paredes de seu lar, passou a trabalhar fora de casa, sendo engajada em processos de produção na indústria. Isso transformou radicalmente a estrutura familiar e as relações sociais. (ENGELS, 1845, p. 87)

E demonstra assim sua influência para os acontecimentos mundiais em torno das relações de gênero e desenvolvimento trabalhista e de funções sociais, justamente com o advento do que conhecemos por Capitalismo Industrial. A mulher e sua relação com o trabalho assalariado surgiram com uma força significativa nesse período histórico, onde oportunidades de vender sua força de trabalho fora do lar se expandiram especialmente nas fábricas, que eram impulsionadas pela necessidade de mão de obra para operar as máquinas e atender à crescente demanda por produtos manufaturados.

Neves e Soares (2009, p.139) apontam que, com a Revolução Industrial, as famílias passaram a ser vistas como um conjunto de potenciais trabalhadores, sem distinção de gênero para praticar o trabalho necessário. Tal fenômeno impactou profundamente o papel social da mulher, uma vez que a estrutura produtiva emergente na sociedade moderna trouxe transformações significativas nas dinâmicas familiares e nos papéis dos indivíduos, e essas mudanças resultaram em uma redefinição das funções de cada membro da família, alterando, assim, as características sociais e econômicas da nova realidade, mas que ainda enxergava a mulher como uma personagem da reprodução social.

Rosa Luxemburgo (1914) discute e corrobora essa afirmação, traçando a trajetória feminina quanto ao trabalho remunerado da mulher, limitadas a posições tidas como “inferiores”, como no setor têxtil e nas plantações agrícolas. Em sua obra "A Proletária", sinaliza que

Foi apenas o capitalismo que a arrancou da sua família e a colocou sob o fardo da produção social, empurrou-a para as lavouras de outrem, para as oficinas, construções, escritórios e lojas. Como mulher burguesa, a mulher é uma parasita da sociedade, sua função consiste apenas em auxiliar no consumo dos frutos da exploração; como pequeno-burguesa, ela é o animal de carga da família. E apenas na proletária moderna que a mulher se toma um ser humano, pois é apenas a luta que produz o ser humano, a participação no trabalho cultural, na história da humanidade. (LUXEMBURGO, 1914, p. 38)

Luxemburgo (1914) então sublinha a importância da participação ativa da mulher na história e na construção do trabalho cultural e social. Para ela, a mulher proletária não deve ser mais vista como uma dependente ou um ser reduzido ao espaço doméstico ou ao consumo; ela precisa ser vista como uma agente da história, uma participante ativa na transformação social e econômica, cuja luta no campo do trabalho, da política e da produção é essencial para a sua emancipação, diante de todos os avanços no que se refere ao trabalho feminino. Entretanto, mesmo após a Revolução Industrial, as desigualdades entre homem e mulher no trabalho remunerado persistiram e, em muitos casos, foram exacerbadas devido às mudanças econômicas, sociais e culturais que ocorreram durante esse período.

Embora as mulheres tenham ingressado no mercado de trabalho remunerado em números significativos, elas continuaram enfrentando desigualdades em relação aos homens. No contexto brasileiro, o trabalho assalariado foi especialmente marcado também por desigualdades e resistência feminina. No período de 1917 a 1937, Gláucia Fraccaro (2018) analisa que, mesmo com a luta por direitos trabalhistas, as demandas das mulheres eram frequentemente marginalizadas dentro dos movimentos sindicais. Suas reivindicações, especialmente em setores menos organizados, como o trabalho doméstico e a indústria têxtil, eram invisibilizadas pelas pautas masculinas que dominavam as discussões.

Fraccaro (2018) enfatiza ainda que essa exclusão refletia as barreiras estruturais de gênero presentes no Brasil da época, onde a divisão sexual do trabalho reforçava completamente a percepção de que o trabalho das mulheres era secundário, tanto no âmbito econômico quanto nas lutas trabalhistas nas quais estavam sendo excluídas, comportamentos sociais oriundos do problemático sistema patriarcal no qual colocamos em relevância nesse trabalho. Ou seja, ainda que pese a concretização dos progressos para a categoria feminina, o menosprezo sobre a prática do trabalho dessas mulheres era presente.

Infelizmente, não se faz surpreendente esse fator, considerando que a história do Brasil tende a revelar uma trajetória de inserção lenta e desafiadora das mulheres em posições de destaque, especialmente no mercado de trabalho formal e nas esferas de liderança. Com seus 524 anos de existência, o país teve sua primeira presidente eleita somente em 2010, apesar de ter conquistado a república há 134 anos e a

democracia plena há pouco mais de 30. Essa evolução evidencia os obstáculos de gênero que marcam o desenvolvimento histórico e o espaço limitado que as mulheres ocupam, anteriormente reservado aos homens, em diversos setores.

No nosso país, o ingresso feminino no mercado de trabalho de forma geral remonta à segunda metade do século XX, quando mudanças econômicas e sociais intensificaram essa integração, impulsionada tanto por necessidades de sobrevivência quanto por um desejo e também uma necessidade crescente de emancipação. Luz e Fuchina (2009) destacam que a profissionalização e a entrada das mulheres no mercado formal incentivaram uma busca por autonomia no universo feminino e impulsionaram os movimentos feministas. No entanto, essa aparente liberdade não eliminou as responsabilidades historicamente atribuídas às mulheres, como as tarefas domésticas, o papel de esposa e os cuidados com os filhos.

A autora e socióloga Heleieth Saffioti (2004) reforça essa ideia em “A mulher brasileira nos espaços público e privado” apontando que o trabalho feminino quando começou a ser percebido na sociedade, era especialmente associado a esfera do cuidado e da reprodução - até mesmo quando esse trabalho era remunerado, como por exemplo, em funções de cuidado como domésticas, cuidadoras, entre outros – que são predominantemente femininos até hoje no Brasil. A mão de obra feminina, vista como secundária, passou a ser explorada em condições precárias, o que, segundo a autora fortalece a posição de exploração dentro da classe trabalhadora como um todo. Saffioti (2004) ainda reforça que esses papéis também surgiram a partir de mitos ligados a “ideia de que a inferioridade feminina é natural ou biologicamente determinada”, pois isso mascara as verdadeiras razões econômicas e sociais por trás da subordinação feminina que foi imposta sob as mulheres e sua exclusão/ precarização persistente do mercado de trabalho.

Pode-se afirmar que a participação das mulheres no mercado de trabalho, é sujeita às flutuações da demanda capitalista, e reforça as desigualdades em relação ao trabalho masculino (Aquino et al. 1995, p. 282) ressaltam que essa desigualdade coloca o trabalho masculino como essencial e o feminino como complementar, o que resulta na segregação ocupacional, uma característica universal do trabalho das mulheres (Bruschini & Rosemberg, 1982). Isso faz com que a maioria das mulheres

se concentre em poucas ocupações, predominantemente no setor informal, no trabalho doméstico e em atividades rurais (Nash, 1985; Safa, 1987).

Deste modo, a inserção lenta e dificultosa das mulheres no trabalho assalariado ainda as mantinha atadas às suas responsabilidades domésticas, refletindo uma visão social e histórica que as caracterizava como figuras frágeis e dependentes de cuidados, proteção e controle. As mulheres então não possuíam uma independência, uma identidade própria, e ainda sofriam com a atribuição de estigmas sobre os lugares nos quais deveria ocupar. Louro (2006) aponta que qualquer atividade feminina fora do lar era vista como potencialmente perigosa, revelando o preconceito e as limitações impostas à autonomia feminina diante do sistema patriarcal, uma vez que elas continuaram a ser vistas pela sociedade dentro desses papéis tradicionais, o que limitou a progressão feminina nesses lugares de ocupação, e segue limitando na sociedade contemporânea em alguns cenários.

Conforme observa a autora Consoni (1998), apesar das dificuldades marcantes e dos limites sociais, a presença feminina no mercado de trabalho foi então se expandindo de forma significativa para o âmbito coletivo, refletindo assim na inclusão das mulheres no setor industrial brasileiro, especialmente a partir da década de 70, época em que ocorreu um processo de aceleração da industrialização no Brasil com a entrada das mulheres no mercado de trabalho. A participação dessa categoria, que inicialmente era concentrada em áreas tradicionalmente ocupadas por mulheres, como os setores têxtil, de vestuário e de calçados, também passou a se diversificar, abrangendo indústrias como a metalmecânica, plástica, de materiais elétricos e eletrônicos, farmacêutica e química.

Podemos também dizer em relação a isso, que o aumento constante da participação feminina nos últimos cinquenta anos pode ser atribuído, conforme Melo (2005, p. 4), a uma combinação de fatores econômicos e culturais. Segundo a autora, “o avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva, a continuidade do processo de urbanização e a queda das taxas de fecundidade, proporcionando aumento das possibilidades de as mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade”.

Porém, apesar da crescente participação feminina, o trabalho realizado fora de casa não deveria, segundo os padrões vigentes, prejudicar suas obrigações

domésticas e seu papel de mãe e dona de casa. Ainda que participassem do mercado de trabalho, as mulheres continuavam a ser vistas principalmente através das lentes de suas funções familiares e domésticas, mantendo-se, assim, limitadas em sua independência tanto na esfera pública quanto na privada. A naturalização de funções na divisão sexual impacta diretamente sua inserção no mercado formal, onde as mulheres acabam fadadas frequentemente empregos precários, com longas jornadas e baixos salários, refletindo em riscos e defasagem à saúde física e mental.

As mulheres, que muitas vezes desempenhavam trabalhos em setores com menor organização sindical e em condições mais precárias, como o serviço doméstico e a indústria têxtil, tinham suas reivindicações minimizadas. O movimento sindical priorizava questões ligadas ao trabalho industrial masculino, como melhores salários e redução da jornada de trabalho, em detrimento de temas como a proteção à maternidade e a regulamentação do trabalho feminino, que eram vitais para as trabalhadoras.

O final do século XX e o início do século XXI foram marcados por avanços significativos, especialmente com a criação da Constituição Federal de 1988, que também foi um fator forte para essas transformações sociais para a mulher, e garantiu novos direitos trabalhistas e de igualdade de gênero perante a Lei.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco significativo ao garantir direitos fundamentais e promover a igualdade entre homens e mulheres no Brasil, a época que o país foi cenário de uma intensa mobilização popular em defesa das liberdades democráticas, marcando o período de redemocratização após o regime militar de 1964. Esse documento consolidou os Direitos Humanos de âmbito nacional, e abriu caminho para as primeiras legislações trabalhistas que passaram a incluir as mulheres de forma mais expressiva. No entanto, apesar das transformações sociais, econômicas e jurídicas ao longo dos anos, as desigualdades de gênero ainda persistem e se manifestam em diversas áreas da sociedade até os dias atuais.

A Constituição estabelece a igualdade de direitos entre homens e mulheres, incluindo direitos trabalhistas específicos que protegem as mulheres no mercado de trabalho. Os principais artigos e incisos que abordam esses direitos e prevê nos artigos 5º, inciso I, que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Isso

serve de base para assegurar a igualdade de gênero em diversas esferas, incluindo o trabalho. (BRASIL, 1988).

O artigo 7º, inciso XX “Garante a proteção do mercado de trabalho para as mulheres, por meio de incentivos específicos, com o objetivo de promover condições de trabalho mais justas e igualitárias.” BRASIL. Constituição (1988)

Assim como Artigo 7º, inciso XVIII “Dispõe sobre a licença-maternidade de 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário, assegurando a proteção das trabalhadoras durante a gravidez e após o parto.” BRASIL. Constituição (1988)

Entretanto, à medida que a legislação trazia esses avanços, historicamente quando elas começaram a ser inseridas em trabalhos remunerados, as mulheres começaram igualmente então a compor um segmento desvalorizado da classe trabalhadora. E, apesar da sua participação, acabaram inseridas de forma secundária no modo de produção capitalista – gerando então uma mão de obra secundária, que as mulheres passam a servir como uma mão de obra barata no mercado de trabalho, principalmente enquanto o capitalismo prospera.

Esses fatores marcaram essa época, e pós Constituição de 88 – e especificamente na década de 1990 - o mercado de trabalho brasileiro começou a apresentar uma maior participação feminina. Em 1991, cerca de 40% das mulheres faziam parte da força de trabalho.

Nos anos 2000, a participação feminina no mercado seguiu crescendo. O desenvolvimento histórico da dupla jornada no Brasil acompanhou esse movimento, marcado pela entrada expressiva das mulheres no mercado de trabalho e pela atuação de movimentos sociais e feministas que lutaram pela integração feminina no ambiente profissional. Por exemplo, a pesquisa da Pnad Contínua (2015) aponta números sobre a População Economicamente Ativa Ocupada, em 2005 a porcentagem de mulheres ocupadas era de 36.891, e em 2015 esse número subiu para 40.676. O estudo demonstrou também que a predominância de sexos, entre 2012 e 2019 era alta, pois para cada homem sem emprego, havia até cinco mulheres na mesma situação. E fazendo uma comparação com a atualidade, em 2019, essa participação atingiu 54,34%, segundo dados do IBGE e da FGV.

No entanto, mesmo com avanços, as mulheres ainda estavam destinadas a uma desigualdade salarial, ganhando, em média, 20% menos que os homens em posições equivalentes. Essa realidade foi analisada por Heloisa Buarque de Almeida, que destaca que, embora a presença feminina desafie as normas tradicionais de gênero, persiste a discriminação estrutural e as relações desiguais de poder, tanto na prática do trabalho feminino, em ações e correspondência do sistema para com ela, quanto a forma que o sistema recebe e valoriza a mulher no mercado profissional.

Bruschini (1998) evidencia que, mesmo com o aumento da presença feminina no setor formal, a participação das mulheres no trabalho informal permanece elevada. Muitas delas, em número muito superior ao dos homens, ainda atuam em atividades domiciliares, seja no serviço doméstico, seja como trabalhadoras autônomas ou subcontratadas em indústrias para costura, produção de alimentos e outras atividades informais, que frequentemente são fontes essenciais de renda familiar.

Pesquisas feitas mostram as taxas de ocupação feminina no mercado de trabalho. Desde 2012, aumentou em cerca de 1,2 milhão o número de mulheres ocupadas como empregadoras ou conta própria com CNPJ. Segundo a FGV, entre os anos de 2014 e 2019, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho cresceu continuamente e atingiu 54,34% em 2019. É nítida também a diferença, segundo o IBGE (2019) da quantidade de mulheres com filhos que estão inseridas em algum meio de trabalho, que corresponde a 49,7%. Já as mulheres sem filhos, equivalem a 62,7% dessa população.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, as mulheres representavam cerca de 44,8% da força de trabalho formal no Brasil. No entanto, elas ainda ganhavam, em média, 20% menos do que os homens, mesmo em posições de trabalho semelhantes (IBGE, 2021). Dados da Catho (2019) apontam que 30% das mulheres possuem ensino superior ou pós-graduação, enquanto esse percentual entre homens é 24%. Contudo, eles chegam a ganhar até 52% a mais no mesmo cargo. Para tanto, a antropóloga Heloisa Buarque de Almeida (2009) já argumentava à época, que a presença de mulheres em setores formais de trabalho desafia as normas tradicionais de gênero, mas também expõe a persistência de práticas discriminatórias e estruturas de poder desiguais.

Em outras funções onde a presença feminina é predominante, a desigualdade salarial apresenta menor intensidade. As mulheres representam 66% das posições de assistente ou auxiliar, com uma disparidade salarial de 8%. Nos cargos de analista, onde elas ocupam 53% das posições, a diferença nos ganhos é de 14%. (Catho, 2019).

Porém, unido assim a uma inclusão mais expressiva das mulheres no mercado de trabalho, surgiram também diversos desafios: a desigualdade salarial, barreiras à progressão na carreira, discriminação, assédio e a falta de representatividade em cargos de liderança. Essas barreiras são reflexo das profundas raízes patriarcais no mercado de trabalho. Silvia Federici, em *O Patriarcado do Salário* (2019), afirma que o machismo é um elemento estrutural do desenvolvimento capitalista, persistindo mesmo com a entrada das mulheres nas fábricas - o que reforça a ideia do patriarcado como um sistema dominante e sem limites de dominação.

As autoras Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) argumentam que o neoliberalismo acentuou as desigualdades de gênero no mercado de trabalho, especialmente em termos de precarização e falta de direitos.

A intensificação das políticas neoliberais aprofundou a segregação ocupacional e a precarização do trabalho feminino, com as mulheres frequentemente relegadas a empregos mal remunerados e sem proteção social" (Hirata & Kergoat, 2007, p. 132).

O que reforça também a ideia de que as mudanças trazidas pelo neoliberalismo tiveram efeitos profundos sobre o trabalho das mulheres no Brasil, como a flexibilização das leis trabalhistas e a redução da proteção social, por exemplo, que contribuíram para a intensificação da exploração da mão de obra feminina – e consequentemente seu processo de adoecimento.

A redução na taxa de fecundidade no Brasil nas últimas décadas é um dos fenômenos demográficos mais marcantes que tem influência na participação feminina na vida profissional. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de fecundidade total caiu de 6,3 filhos por mulher em 1960 para 2,5 filhos em 1991. "A redução na taxa de fecundidade no Brasil nas últimas décadas é um dos fenômenos demográficos mais marcantes. Em 1960, a média era de 6,3 filhos por mulher, caindo para 2,5 em 1991" (IBGE, 1991). Alguns fatores contribuíram para essa queda, como aumento do acesso à educação, especialmente para as mulheres,

a urbanização acelerada, a difusão de métodos contraceptivos e a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho. Esse declínio então, um impacto direto na participação das mulheres no mercado de trabalho, já que, com menos filhos, as mulheres passaram a ter uma maior disponibilidade para conciliar o trabalho produtivo e a vida no lar, ainda segundo o IBGE.

Apesar da queda dessa taxa, a alta em relação a maternidade ainda é real, e agrava a desigualdade, trazendo barreiras à empregabilidade, salários e desenvolvimento profissional. Pesquisa da Catho (2018) revelou que 30% das mulheres abandonaram o mercado para cuidar dos filhos, contra apenas 7% dos homens. Além disso, 47% das mães abriram mão de promoções ou novas oportunidades devido à dificuldade de conciliar trabalho e filhos. Outros desafios incluem receio de faltar ao trabalho em emergências familiares ou de pedir suporte ao empregador.

Logo, é necessário entender pelo ponto de vista feminino emancipatório, o desenvolvimento da sociedade de classes como um pilar que moldou as relações de classe e gênero no contexto da sociedade capitalista. A autora traz que as mulheres que são absorvidas pelo mercado de trabalho, acabam formando uma massa de trabalhadoras que não são integradas na mesma função que os homens ocupavam, acarretando uma diferente e mais intensa exploração da força de trabalho.

A autora aborda também na obra “A mulher na sociedade de classes” de 1976, que a ideia capitalista de que as oportunidades dadas às mulheres no mercado de trabalho era um movimento que retirava as mulheres do contexto doméstico e as “oportunizava a uma função remunerada”, é uma falsa ideologia burguesa de melhoria para a categoria feminina.

a superexploração das mulheres é funcional ao sistema capitalista, na medida em que permite a ele, por um lado, apropriar-se de uma parte ainda maior da mais-valia e, por outro lado, fortalecer a posição de exploração do conjunto da classe trabalhadora (Saffioti, 1976, p. 121)

A análise de Saffioti (1976) sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho em uma sociedade de classes revela uma realidade de exploração demasiada dessa categoria há tempos, que se intensifica com a progressão do capitalismo. A autora passa a afirmar, então, que a luta feminista terá um importante

protagonismo na provocação de avanços para os direitos em prol da mulher, considerando que esse movimento é “fundamental para desnaturalizar as atribuições de gênero e promover a igualdade [...] questionar as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade e lutar por transformações sociais que garantam a justiça de gênero” (Saffioti, 1976, p. 120), faz-se então essencial pensar em uma articulação do ponto de vista feminino anticapitalista.

Esse aspecto foi comum em toda a América Latina, em que as pessoas passaram a compreender o trabalho remunerado realizado pela mulher serve apenas como uma complementação da renda, e em primeiro plano ela deveria se ater a vida familiar reprodutiva.

A partir disso, a autora comenta que

a opressão das mulheres está intrinsecamente ligada à estrutura de classes da sociedade capitalista. As relações de gênero são mediadas pela dinâmica de classe, onde as mulheres, especialmente as das classes trabalhadoras, enfrentam uma dupla exploração: como trabalhadoras e como mulheres (Saffioti, 1976, p. 43)

Tendo como premissa essa afirmação, a classe trabalhadora feminina no Brasil abrange uma diversidade de categorias ocupacionais <sup>5</sup>, distribuídas entre os setores formal e informal. Um dos principais crescimentos tem a ver com o perfil produtivo dessas mulheres, que coexistem em diversas características como raça, classe social, nível de educação.

---

<sup>5</sup> A participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil remonta ao período colonial, quando as mulheres indígenas e africanas escravizadas eram forçadas a trabalhar em plantações, mineração e serviços domésticos. Com a abolição da escravidão em 1888 e a subsequente industrialização do país no início do século XX, as mulheres começaram a entrar em setores formais de trabalho, embora em condições precárias e em ocupações de baixo prestígio.

## **2.2 A dupla jornada da mulher no Brasil – Os dados do adoecimento visível e invisível**

Compreende-se assim, a partir do debate trazido até o momento, que as condições de trabalho das mulheres no Brasil são profundamente marcadas por desigualdades históricas e estruturais, fruto de uma naturalização coletiva da divisão sexual do trabalho, que atribui ao gênero feminino as responsabilidades do cuidado e das tarefas domésticas. Percebe-se como o processo saúde-doença dessas mulheres é intensificado por essas questões e pela dupla jornada, revelando vulnerabilidades ligadas à sobrecarga de atividades e à precarização das condições laborais. Segundo Araújo e Oliveira (2011), "as trabalhadoras brasileiras são frequentemente expostas a ambientes de trabalho insalubres, com alta demanda física e mental, o que contribui para o aumento de doenças ocupacionais e problemas de saúde mental." E esse desequilíbrio reflete uma sobrecarga considerável sobre as mulheres, que acumulam todas as funções que refletimos ao longo do trabalho, tanto no âmbito público quanto no privado.

Rago (2006, p.14) destaca que, devido à divisão do trabalho, as mulheres foram relegadas às atividades menos especializadas e com piores remunerações. A baixa escolaridade de uma parcela das mulheres, reflete na concretização da mulher ocupando os espaços de trabalho assalariado. Sem a proteção de leis específicas para o trabalho feminino, denúncias contra as condições precárias de trabalho, jornadas exaustivas, assédio sexual e insalubridade eram feitas pela imprensa operária, mas sem efetivas mudanças. As fábricas, com equipamentos projetados para homens, obrigavam as mulheres a se adaptarem a ferramentas e máquinas inadequadas para suas necessidades, o que frequentemente resultava em problemas graves de saúde, agravados pelas longas horas em posturas incômodas e prejudiciais.

A relação entre saúde e trabalho começou a ser discutida apenas no século XIX, principalmente a partir das demandas por melhores condições nas indústrias, com esforços para medir e identificar os riscos de certas atividades específicas. Esse foco na indústria acabou criando uma lacuna significativa no estudo da saúde das trabalhadoras, já que o trabalho feminino frequentemente se dá em outros ambientes. Porém, só a partir da década de 90, a coleta de dados sobre doenças ocupacionais

começou a se tornar mais sistemática, e os dados do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) passaram a mostrar um aumento significativo nos registros de doenças ocupacionais entre as mulheres. Em 1998, por exemplo, foi relatado que as mulheres representavam cerca de 30% dos casos registrados de doenças ocupacionais (Ministério da Saúde, 2008).

A flexibilização laboral impacta desproporcionalmente as mulheres, que se veem cada vez mais inseridas em ocupações precárias, como contratos temporários, trabalho em meio período ou em casa. A "concentração feminina" em empresas que exigem trabalho de baixa qualificação, instável e mal remunerado (Abramo, 1998, p. 92) ilustra essa segmentação entre empresas "mão" — onde predominam os empregos instáveis e sub-remunerados — e empresas "cabeça," que oferecem empregos mais qualificados e com melhores condições de trabalho e remuneração.

Esse desequilíbrio das funções femininas, se reflete, inclusive, em termos de saúde física e mental. Segundo o relatório da OIT, "as mulheres enfrentam um fardo duplo ao conciliar o trabalho formal com as responsabilidades do cuidado, o que pode levar a altos níveis de estresse e menor qualidade de vida" (OIT, 2019). O estudo aponta que o acúmulo de funções compromete o bem-estar geral das mulheres, especialmente as que não recebem suporte adequado para dividir essas tarefas. Hirata e Kergoat (2007), dizem que a combinação de trabalho doméstico e profissional leva ao esgotamento físico e mental das mulheres, afetando diretamente sua saúde. O adoecimento das trabalhadoras no Brasil, fazendo com que se manifeste como um problema multifacetado que requer uma abordagem abrangente e integrada.

O respectivo cenário impacta diretamente a saúde das trabalhadoras, refletindo-se em um aumento de queixas, sintomas e condições de adoecimento relacionadas ao trabalho, como baixos salários, informalidade, terceirização e subcontratação sem garantias trabalhistas. Além disso, as trabalhadoras em setores formais frequentemente enfrentam condições que incluem longas horas em posturas estáticas, repetição de movimentos, exposição a produtos químicos e ritmos intensos impostos por chefias e mecanismos de controle, o que provoca desgaste muscular e problemas respiratórios e alérgicos.

As reestruturações produtivas trazidas pela globalização também intensificaram essa precarização do trabalho feminino, e muitas mulheres passaram

a atuar em atividades domiciliares ou informais, como costura e produção de alimentos, que são essenciais para a renda familiar, mas marcadas por instabilidade e baixos salários. Dentro dessa atmosfera, a mulher acaba fadada a sentir problemas de saúde como fadiga, transtornos mentais, e problemas gástricos e de visão. As trabalhadoras mais velhas, em particular, apresentam problemas de saúde como artrite, varizes e dores na coluna, que podem ser resultado de anos de trabalho em condições precárias, e fica evidente o quanto as atividades tradicionalmente realizadas por mulheres ao longo da história são subestimadas como objeto de análise quanto aos impactos na saúde.

Um exemplo disso é o trabalho agrícola, que, por estar associado ao ambiente familiar, muitas vezes não é reconhecido como uma atividade laboral. Inclusive, as próprias trabalhadoras tendem a descrevê-lo como "uma ajuda" ou "algo sem importância" (Lavinhas & Castro, 1990, p. 67), refletindo a invisibilidade e a desvalorização dessas ocupações tanto social quanto economicamente.

Na obra "Equidade de Gênero e saúde das mulheres" de Rosa Maria Godoy Serpa, a autora apresenta uma compreensão das relações de gênero no campo da saúde pública no Brasil. A autora aborda a complexa interseção entre gênero e saúde, destacando como as desigualdades de gênero influenciam a saúde das mulheres e a necessidade de políticas públicas que promovam a equidade – o que se dá principalmente pela divisão sexual do trabalho, que para Fonseca, "coloca as mulheres em posições de maior vulnerabilidade, tanto em termos de exposição a risco quanto na falta de proteção adequada". (Fonseca, 2010, p. 58)

Pesquisas que exploram as conexões entre saúde e trabalho das mulheres destacam a ausência de dados e conhecimento sobre o tema (Aquino et al., 1995; Brito, 2000; Assunção, 2003). Aquino et al. (1995, p. 281) sublinham que, além da "invisibilidade das atividades laborais das mulheres", o enfoque médico sobre elas se limitou à função reprodutiva e à maternidade, como já foi discutido ao longo deste trabalho.

Neste tópico, iremos analisar dados a partir do ano de 2001, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passou a incluir questões sobre o trabalho doméstico não remunerado em suas pesquisas. Este foi um passo importante para visibilizar a carga de trabalho extra enfrentada pelas mulheres. Segundo a Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no ano de 2015, cerca de 90,7% das mulheres realizavam atividades domésticas, enquanto apenas 51,3% dos homens participavam dessas tarefas. Além disso, o tempo dedicado às atividades domésticas por mulheres ultrapassava 20 horas semanais, enquanto os homens dedicavam significativamente menos tempo a essas funções.

Ao mesmo tempo, 53,2% das mulheres estavam inseridas no mercado de trabalho, em contraste com mais de 70% dos homens (IBGE, 2015). Ainda de acordo com o IBGE, o estudo Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil, sendo esse do ano de 2019 revelou que, apesar de alguns avanços, as mulheres continuavam a protagonizar o “trabalho invisível” no lar, sem que essas atividades fossem contabilizadas ou valorizadas socialmente. O estudo indicou que 92,1% das mulheres realizavam afazeres domésticos, enquanto 78,6% dos homens estavam envolvidos nessas atividades.

No aspecto econômico, essa sobrecarga também tem implicações significativas. De acordo com o Boletim de Gênero do IPEA (2022), as mulheres compõem cerca de 45% da força de trabalho no Brasil, mas ainda enfrentam uma taxa de desemprego mais alta do que os homens. Além disso, a desigualdade salarial permanece gritante, com as mulheres ganhando, em média, 20% menos do que os homens em cargos equivalentes. Essa disparidade é ainda mais acentuada para mulheres negras e de baixa renda, que sofrem múltiplas formas racismo no mercado de trabalho.

A pesquisa publicada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa econômica aplicada) – Pequim - Saúde das Mulheres, – escrito por Nina Madsen, oferece uma análise abrangente e detalhada sobre a saúde das mulheres. Será analisada a situação da saúde das mulheres no Brasil de acordo com as pesquisas realizadas nos anos 2000. Com a referência da Plataforma de Ação de Pequim (1995), o objetivo é traçar um panorama da saúde feminina no país, a partir de indicadores selecionados para essa pesquisa.

Um estudo recente da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, escancararam que as mulheres enfrentam uma alta incidência de problemas de saúde relacionados ao estresse, como ansiedade e depressão. A Pesquisa de Condições de Vida e Trabalho (2020) revela que as trabalhadoras em empregos informais, que

frequentemente enfrentam condições precárias, relatam maiores índices de adoecimento (IBGE, 2020).

Considerando a elevada taxa de doenças ocupacionais que afetou a categoria feminina, se faz necessária uma breve análise desses dados. A Coordenação-Geral de Saúde do trabalhador, é o órgão no qual concretizou uma pesquisa em relação as desigualdades e dificuldades que são enfrentadas pelas mulheres no Brasil, esse estudo foi baseado no seu perfil produtivo e epidemiológico, destacando como as condições de trabalho afetam desproporcionalmente as mulheres. Os dados para traçar o perfil produtivo das mulheres foram extraídos do PNAD entre 2005 e 2019, de acordo com levantamentos do IBGE.

Essas condições de saúde têm levado ao aumento de doenças como Lesão por Esforço Repetitivo (LER), que no período de 2010 a 2019, segundo o Boletim Epidemiológico da Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador, aponta uma grande incidência dessa condição de saúde entre as trabalhadoras, sendo elas faxineiras, diaristas, empregadas domésticas. Tal crescimento está associado às repetições e a realização dos mesmos movimentos ao longo do tempo, junto com desgastes físicos e emocionais.

Madsen (2015) no parágrafo 100, reforça a importância das questões de saúde ocupacional, destacando que muitas mulheres realizam trabalhos mal remunerados em condições precárias, tanto no mercado formal quanto no informal. Segundo o documento,

No Brasil, apesar do aumento da participação feminina no mercado de trabalho entre 1995 e 2015, acompanhada por melhorias na expectativa de vida e no acesso à saúde, observa-se uma tendência de precarização do trabalho feminino, cujos impactos sobre a saúde carecem de mais estudos. (MADSEN, 2015, p. 16)

Ou seja, com todo o acúmulo de funções e a ausência de uma rede de proteção, ausência de políticas públicas eficazes para o segmento trabalho, o fator do adoecimento é reforçado pela atribuição e limites impostos a mulher na sociedade, e, em que pese a sua inserção no campo, as diferenças para a mulher nas relações trabalhistas se mostraram nas condições ofertadas, na sobrecarga do trabalho produtivo e reprodutivo, o que afeta a entrada e consolidação da mulher em seu respectivo emprego e consolidação da sua emancipação, em que "A sobrecarga de trabalho imposta às mulheres, que combinam atividades remuneradas com

responsabilidades domésticas, resulta em elevados níveis de estresse e problemas de saúde, perpetuando um ciclo de exploração e desgaste" (Saffioti, 1980, p. 59).

Os números escancaram que, apesar de todo o debate levantado e as mudanças sendo sutilmente realizadas em sociedade, ainda é relevantemente atribuído a mulher um papel de chefiar os cuidados, sem muita das vezes uma divisão de afazeres e responsabilidades não só estruturais, mas também socioafetivas. Esses números refletem a desigualdade de gênero, em que as mulheres seguem sendo vistas como as principais responsáveis pelo cuidado familiar e pelas tarefas do lar, mesmo quando estão inseridas no mercado de trabalho estão sujeitas a um processo de adoecimento de seu corpo.

### **2.3 - Políticas públicas femininas e os desafios para o enfrentamento do adoecimento invisível**

Compreende-se que uma das formas de transformação legislativas se encontra no planejamento e efetivação das políticas públicas, que segundo Hofling (2001)

As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado - quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais. (HÖFLING, 2001, P. 31)

Assim, a “Política Nacional de Atenção à Saúde da Mulher” (2004) aponta que as mulheres são as maiores utilizadoras do SUS, em mesma proporção são as principais figuras do posto de “cuidadoras”, seja em maternidade ou membros da família ou da própria sociedade como um todo.

O documento sobre a PNAISM (2004) ressalta que

No Brasil, a saúde da mulher foi incorporada às políticas nacionais de saúde nas primeiras décadas do século XX, sendo limitada, nesse período, às demandas relativas à gravidez e ao parto. Os programas materno-infantis, elaborados nas décadas de 30, 50 e 70, traduziam uma visão restrita sobre a mulher, baseada em sua especificidade biológica e no seu papel social de mãe e doméstica, responsável pela criação, pela educação e pelo cuidado com a saúde dos filhos e demais familiares. (PNAISM, 2004, p. 15).

Um acontecimento social significativo que auxiliou na notabilidade e igualmente para pensar a Política, foi a mobilização do movimento feminista em prol do direito das mulheres, que auxiliou na criação de políticas públicas nos anos 70/80' e ganhou uma força impositiva a partir dessas décadas, que atravessava um contexto de ditadura militar e o aumento de lutas pelos direitos democráticos, e contribuiu para a construção de uma agenda de políticas públicas capaz de atender a saúde das mulheres, buscando efetivar planos sobre a saúde delas no Brasil. Segundo Sarti (2004), "a emergência do movimento feminista no Brasil está intimamente ligada ao contexto de luta contra a ditadura e pela redemocratização do país."

A discussão sobre a saúde das mulheres tem sido uma questão central para o movimento feminista no Brasil desde a década de 1970 (Costa, 2009). Esse movimento se conectou com a luta sanitária na década de 1980, o MRSB - Movimento da Reforma Sanitária Brasileira que foi fundamental para a elaboração de uma agenda de políticas públicas focadas na reconfiguração da abordagem sobre a saúde feminina no país. Ao integrar essas duas frentes, o movimento conseguiu mobilizar e articular demandas que não apenas visavam a melhoria da saúde das mulheres, mas também a redefinição das políticas de saúde com uma perspectiva mais inclusiva e voltada para as especificidades de gênero, pois a categoria feminina sempre precisou lutar por direitos em âmbito reprodutivo, legislativo, entre muitos outros, para concretizar algum avanço nos direitos democráticos.

Na década de 80, o Brasil começou então a se atentar para as questões de saúde ocupacional de forma mais sistemática, impulsionado pelo movimento sindical e pelos avanços na legislação trabalhista. As mulheres, que constituíam uma parcela crescente da força de trabalho, começaram a se organizar para denunciar as desigualdades vivenciadas em campo. O resultado positivo dessas articulações e efetivado politicamente foi a criação da PAISM (Programa de Assistência à Saúde Integral da Mulher em 1983, dentre os 5 maiores objetivos do PAISM, estão:

“aumentar os recursos para o desenvolvimento da saúde das mulheres e acompanhar sua aplicação”.

O Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) marcou uma importante ruptura com a visão restritiva que reduzia a saúde feminina ao campo reprodutivo, ao propor uma abordagem integral que visasse o bem-estar físico, mental e social das mulheres. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), vigente no Brasil, foi estruturada para expandir o conceito de saúde feminina, rompendo com políticas que restringiam esse tema ao papel de mãe e cuidadora, considerando que em boa parte do século XX, as políticas nacionais de saúde da mulher tinham o foco na saúde reprodutiva na questão da maternidade.

Segundo Costa (2009), "a PNAISM contribuiu para a melhora nas condições de saúde das mulheres trabalhadoras ao promover ações que levam em consideração as especificidades do ambiente de trabalho e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na conciliação entre trabalho e vida doméstica" (Costa, 2009, p. 87). Aqui, a interseção com políticas de proteção ao trabalho e direitos trabalhistas também é enfatizada para assegurar que as mulheres tenham acesso a ambientes de trabalho mais saudáveis e seguros.

A proposta integral da PNAISM visa reconhecer as mulheres como cidadãs plenas de direitos, buscando abordagens de cuidado que contemplem todas as fases de suas vidas. Para isso, são desenvolvidas redes de serviços de saúde que articulam linhas de cuidado e evitam a exclusão de necessidades ou grupos específicos. De acordo com o Ministério da Saúde (2004),

a PNAISM foi criada para responder às demandas das mulheres por uma atenção à saúde que considere as especificidades de gênero, raça, etnia, orientação sexual e ciclo de vida, e que não se limitassem apenas aos aspectos reprodutivos da mulher. (PNAISM, 2004, p. 9)

Deste modo, em 2004, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) foi introduzida para reforçar e atualizar essa proposta, ampliando o foco para incluir as mulheres negras, indígenas, jovens, idosas, rurais e LGBTQIAP+, reconhecendo a complexidade da saúde feminina dentro das relações sociais, raciais e econômicas, que iam além dos fatores cotidianos.

A PAISM foi então reformulada e teve seu marco institucional em 2004, tornando-se a PNAISM. O desenvolvimento dessas políticas foi um grande acontecimento para a população feminina, tendo em vista uma grande ausência de verbas destinadas a políticas de cuidado com a saúde da mulher no Brasil na época. A reformulação da política propôs linhas de cuidado que incorporam um atendimento diferenciado, considerando as particularidades das mulheres em idade produtiva e a realidade da dupla jornada. Isso significa que, além de serviços ginecológicos e obstétricos, o atendimento às mulheres também deveria incluir questões como saúde mental, saúde ocupacional e condições laborais. A integração desses aspectos visa melhorar a qualidade de vida das mulheres ao reconhecer e mitigar os impactos que a rotina de trabalho tem em sua saúde.

A PNAISM destaca que, devido à dupla jornada, as mulheres são especialmente vulneráveis ao adoecimento. Esse conceito de "dupla jornada" refere-se à sobrecarga de trabalho, tanto no âmbito público (trabalho remunerado) quanto no privado (trabalho doméstico e de cuidado). Segundo a PNAISM: "As condições de vida e trabalho das mulheres estão diretamente ligadas à sua saúde, pois são elas as mais afetadas pela precarização do trabalho, pelas jornadas duplas e pela informalidade" (Brasil, 2004, p. 23). O documento também traz à tona a questão das diferentes formas de violência às quais as mulheres são submetidas, incluindo a violência laboral, que se manifesta tanto no desrespeito aos seus direitos no mercado de trabalho quanto nas condições precárias de trabalho, especialmente no setor informal, onde muitas trabalhadoras ficam desprotegidas.

Além disso, a dupla jornada feminina ainda é um tema frequentemente negligenciado nos atendimentos de rotina. Conforme Paim (2014), "a saúde da mulher trabalhadora é abordada de forma fragmentada, limitando-se muitas vezes a consultas ginecológicas e exames, sem uma análise mais profunda sobre os impactos da sobrecarga laboral e doméstica" (Paim, 2014, p. 102). Este cenário é agravado pela insuficiência de dados específicos sobre as condições de trabalho das mulheres brasileiras, o que dificulta a formulação de políticas públicas embasadas em evidências; uma vez que, se não possuem dados e pesquisas direcionadas a isso, não existe uma forma potente de levantar essa discussão sem começar pela base e pelos movimentos sociais femininos.

A Política mencionada reconhece que a inserção da mulher no mercado de trabalho é acompanhada por condições laborais adversas, como desigualdade salarial, baixa valorização profissional e, muitas vezes, assédio moral. Essas condições levam ao adoecimento psíquico e ao desgaste físico, o que impacta diretamente sua qualidade de vida. Estudos demonstram que a saúde mental das mulheres está intrinsecamente ligada ao acúmulo de funções. Como Aquino et al. (1995) ressaltam, “a invisibilidade das atividades laborais das mulheres” e o fato de que “o olhar médico sobre as mulheres, no campo das pesquisas e da produção de informações sobre a saúde, as reduziu à função reprodutiva” ainda perpetua a subestimação dos efeitos da sobrecarga de trabalho feminino. Ela reconhece que as condições de trabalho e a dupla jornada – trabalho remunerado e trabalho doméstico – têm um impacto direto na saúde e na vida das mulheres.

Diante do exposto, Federici (2012) argumenta que “a socialização do trabalho reprodutivo e a valorização do trabalho das mulheres são passos fundamentais para a criação de uma sociedade mais equitativa”. Além de Políticas públicas que reconhecem e abordam o trabalho reprodutivo, como a implementação de creches acessíveis, licenças parentais equilibradas e programas de saúde ocupacional específicos, se faz crucial também debater e focar na visibilização de todas as formas de trabalho que a mulher realiza.

Apesar dos avanços proporcionados pela PNAISM, ainda existem desafios significativos para a plena realização de seus objetivos. A desigualdade de acesso aos serviços de saúde, especialmente em regiões mais remotas e entre populações mais vulneráveis, continua sendo uma barreira importante. Conforme afirmado por Faria (2013)

a plena implementação da PNAISM requer um compromisso contínuo com a redução das desigualdades e com a garantia de que todas as mulheres, independentemente de sua classe social, raça ou local de residência, tenham acesso aos serviços de saúde de qualidade (Faria, 2013, p. 92).

Em que pese também os debates levantados e das políticas públicas implementadas ao longo dos anos, esses dados revelam que o papel da mulher como responsável pelos cuidados e pela gestão do lar continua profundamente enraizado. A falta de uma divisão justa das tarefas domésticas e socioafetivas, associada à

desigualdade no mercado de trabalho, perpetua a sobrecarga feminina. Essa realidade evidencia que, para além das mudanças estruturais, é necessário um compromisso social mais amplo por parte da legislação, para desmistificar essas atribuições patriarcais e garantir condições mais equitativas para as mulheres tanto no ambiente doméstico quanto no mercado de trabalho, já que ambos existem de forma simultânea e recorrente há algumas décadas, se tornando mais incessante à medida que vai avançando com o progresso das formas de trabalho, leis trabalhistas e de gênero e a globalização.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Podemos dizer que no nosso país, a sociedade na qual vivemos não abordou e discutiu de maneira apropriada o papel social atribuído ao feminino, papel que acabou sendo desempenhado pelas mulheres no âmbito dos diversos trabalhos que ela realiza. As dificuldades enfrentadas por elas estão associadas às demandas desproporcionais relegadas a elas no âmbito privado (doméstico e materno), entre outros fatores ligados a cultura, religião, formas sistemáticas. Tais responsabilidades de cuidado e servidão que vieram do externo, reforçam desigualdades no mercado de trabalho, influenciando por exemplo o tipo de emprego acessível a essa parcela da população, e também reforça o desequilíbrio experienciado por elas na sua vida pessoal, igualmente a forma na qual essa mulher será tratada socialmente.

Conclui-se também que os dados trazidos nessa pesquisa, apresentam as diferenças entre mulheres e homens em relação a sua inserção no trabalho, divergências no tratamento recebido e na visão cultuada sobre o gênero feminino, que pode refletir na forma de adoecer dessas trabalhadoras, considerando que as mulheres brasileiras assumem, em sua maioria, a dupla função de trabalho doméstico e trabalho remunerado, pois devido a sua menor participação no mercado de trabalho e intensidade no contexto doméstico de cuidados, e assim estão mais propensas a desenvolverem doenças e agravos relacionados aos trabalhos.

Quando tratamos do ponto da mulher trabalhadora, não fazemos uma crítica a realidade vivida por essa mulher, ou a forma que ela se coloca para se desenvolver; mas sim o quanto a sociedade e o modo de produção capitalista foram moldados para

não atenderem a necessidade delas, mas sim relegá-las ao espaço privado, considerando os meios sistemáticos de desenvolvimento industrial e a dominação masculina sobre a vida reprodutiva e sua continuidade funcional.

A discussão desta pesquisa considerou sobretudo a sociedade capitalista brasileira, que impôs ao longo da história papéis sociais reprodutivos ao feminino e perpetua o adoecimento das mulheres, que se perpetuam em tempos de precarização e barbárie, impactando suas vivências cotidianas, focando em suas implicações no aspecto salutar da trajetória de sua realidade, tendo em vista a discussão pautada sobre a sociedade capitalista brasileira atual que conduziu os papéis de reprodução ao feminino, e como o processo de adoecimento que tem correlação com as diversas formas de vivência que a mulher assume no cotidiano social.

Este trabalho buscou abordar a sobrecarga vivenciada pelas mulheres brasileiras em função da dupla jornada de trabalho, trazendo à tona a intersecção entre desigualdade de gênero, raça e classe como pilares estruturais que perpetuam essa realidade. A análise evidenciou como o modo de produção capitalista, combinado a padrões patriarcais e culturais, molda e restringe a autonomia feminina, impactando diretamente a saúde física e mental das mulheres, especialmente aquelas em contextos de vulnerabilidade social.

No contexto brasileiro, notou-se como essa realidade torna-se ainda mais evidente ao se observar a relação entre a quantidade de filhos por mulher e os impactos diretos em sua inserção e permanência no mercado de trabalho, entre outros recortes que influenciam na forma em que a mulher vive, como observamos sobre raça, classe social, desenvolvimento educativo e profissional ao longo da vida, trajetórias pessoais, entre outros desdobramentos.

Refletir sobre a categoria do Assistente Social me faz enxergar como essa profissão, amplamente feminina, carrega em si as marcas de um sistema que constantemente precariza e sobrecarrega as mulheres. Ao longo deste trabalho, fui atravessada por relatos e vivências que ecoam um padrão de adoecimento físico e mental entre essas profissionais, resultado de jornadas intensas que envolvem cuidado, escuta e luta por direitos em contextos muitas vezes adversos. É impossível não reconhecer que ser Assistente Social significa enfrentar, diariamente, as contradições de um modelo capitalista que desvaloriza tanto o trabalho reprodutivo

quanto o produtivo das mulheres. Para mim, esta conclusão reforça a urgência de um movimento coletivo para que a saúde, a dignidade e a valorização dessas profissionais sejam centralizadas, não apenas no campo político, mas em nossas práticas cotidianas de resistência e transformação.

Podemos concluir que a forma na qual o sistema não enxergou as mulheres como um indivíduo autônomo e crucial, capaz de ocupar espaços importantes, influenciou como a sociedade a modelou diante das ações práticas da vida, e isso afetou profundamente em aspectos pessoais e familiares ao longo dos tempos. O que há na essência feminina atualmente, é o ímpeto de lutar contra as formas de dominação e sobrecarga diante desses trabalhos, mesmo que de forma inconsciente. Porém, por mais que façamos estudos, pesquisas, compreenda empaticamente as informações ditas e acolhidas, e se sensibilize com as não ditas, nunca seremos capazes de compreender totalmente o que as mulheres inseridas no contexto de dupla jornada vivenciam em sua realidade.

Por fim, este estudo reforça a necessidade de transformação social que garanta não apenas a equidade de gênero, mas também o reconhecimento e a valorização do trabalho feminino em todas as suas dimensões. Que estas reflexões sirvam como ponto de partida para novas discussões e ações em prol de uma sociedade mais justa, onde as mulheres possam viver plenamente, livres de sobrecargas e restrições que comprometem seu desenvolvimento e bem-estar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ABRAMO, Laís.** Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da desigualdade? In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). Uma questão de gênero. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1998. p. 183-226.

**AQUILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (Ed.).** Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres. Recife: SOS Corpo, Instituto Feminista para a Democracia, 2014.

**ARISTÓTELES.** Política. Tradução de Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

**AQUINO, E. et al.** Saúde e trabalho da mulher: invisibilidades e desafios. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 1995.

**BARRANCOS, Dora.** A história dos feminismos na América Latina. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

**BEAUVOIR, Simone de.** O segundo sexo. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

**BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde.** Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

**BRUSCHINI, Cristina.** Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: **ROCHA, Maria Isabel Bailar da (org.).** Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG; São Paulo: Ed. 34, 2000. pp. 13-58.

**COSTA, M.** A participação das mulheres negras e da classe trabalhadora no movimento feminista brasileiro. São Paulo: Editora XYZ, 2009.

**DAVID, L. M.; FERREIRA, A. P.; ALEXANDRINO, E. L.** A mulher negra, o mercado de trabalho e o acesso a direitos. *Revista de Estudos de Gênero*, v. 25, n. 3, p. 45-60, 2020.

**DO NASCIMENTO, Tamires Guimarães; GONÇALVES, Renata.** Entre a divisão sexual e a divisão racial do trabalho: a precarização das relações de trabalho das mulheres negras. *O Público e o Privado*, v. 19, n. 40, p. xx-xx, set./dez. 2021.

**FEDERICI, Silvia.** *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

**FEDERICI, Silvia.** *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

**FEDERICI, Silvia.** *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2017.

**FARIA, N.** *Feminismo e políticas públicas de saúde*. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 2013.

**FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa.** Equidade de gênero e saúde das mulheres. *Revista Esc. Enferm. USP*, v. 39, n. 4, p. 450-459, 2005.

**FRACCARO, G.** *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho/Editora FGV, 2018.

**GEORGES, I.P.H.; SANTOS, Y.G.** Olhares cruzados: relações de cuidado, classe e gênero. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 47-60, nov. 2014.

**GODINHO, T.** *Neoliberalismo e precarização do trabalho feminino*. São Paulo: Editora LMN, 2006.

**GONZALEZ, Lélia.** Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 1980.

**HIRATA, Helena et al. (Orgs.).** Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: UNESP, 2009.

**HOBBSAWM, Eric.** A era das revoluções: 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

**HÖFLING, Eloisa de Mattos.** Política educacional e papel do Estado: a educação entre o público e o privado. São Paulo: Cortez, 2001.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** Censo Demográfico. Diversas edições: 1991, 2010.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Diversas edições: 2001, 2006, 2013, 2015, 2020.

**KERGOAT, Danièle.** Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: **HIRATA, Helena et al. (Orgs.).** Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: UNESP, 2009. p. 67-75.

**KERGOAT, Danièle; HIRATA, Helena.** As novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, 2007.

**LAVINAS, L.; NUNES, E.** Mulheres no mercado de trabalho: avanços e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

**LERNER, Gerda.** A criação do patriarcado. Oxford: Oxford University Press, 1986.

**LOURO, Guacira Lopes.** Mulheres na sala de aula. In: **PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord.).** História das mulheres no Brasil. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 443-481.

**LUZ, Alex Faverzanida; FUCHINA, Rosimeri.** Evolução histórica dos direitos da mulher sob a ótica do direito do trabalho. Anais II Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS, 2009.

**MARX, Karl; ENGELS, Friedrich.** A ideologia alemã. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.

**MARX, Karl.** O capital: crítica da economia política. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

**MELO, Hildete Pereira de.** Gênero e pobreza no Brasil. Relatório Final do Projeto Governabilidad Democratica de Género em América Latina y el Caribe. Brasília, 2005.

**MIOTO, Regina Célia Tamaso.** Família e Serviço Social: contribuições para o debate. In: (informar o título completo da obra ou revista, caso aplicável). 1997.

**NASH, June; SAFA, Helen I. (Orgs.).** Mulheres e mudança na América Latina. Massachusetts: Bergin & Garvey, 1986.

**NEVES, Meire de Souza; SOARES, Ana Cristina Nassif.** A precarização do trabalho no Brasil e os seus rebatimentos no cenário familiar: as marcas históricas da violência. Serviço Social e Realidade, Franca, v. 18, n. 1, p. 136-153, 2009. Disponível em: <http://seer.franca.unesp.br/ojs/index.php/SSR/article/view/121/159>. Acesso em: 2 out. 2024.

**OIT.** O trabalho das mulheres no século XXI. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2019.

**RAGO, Margareth.** Trabalho feminino e sexualidade. In: **PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos).** História das mulheres no Brasil. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 578-606.

**RIBEIRO, Djamila.** Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

**SANT'ANNA, M.; MORAES, P.** Doenças ocupacionais entre mulheres trabalhadoras no Brasil. São Paulo: Editora LMN, 2015.

**SAFFIOTI, Heleieth.** Trabalho feminino e capitalismo. São Paulo: Moderna, 1978.

**SAFFIOTI, Heleieth.** Gênero e patriarcado: violência contra mulheres. In: A mulher brasileira nos espaços público e privado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

**SAFFIOTI, Heleieth.** A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

**SARTI, Cynthia Andersen.** Movimento feminista e luta por direitos no Brasil. Revista Estudos Feministas, v. 12, n. 2, p. 293-310, 2004.

**SEIXAS, A. M. R.** Sexualidade feminina: história, cultura, família – personalidade e psicodrama. São Paulo: Editora Senac, 1998. 292 p.

**SILVEIRA, Nestor.** Política [Tradução de Aristóteles]. São Paulo: Nova Cultural, 1997.